

NÚMERO 58 • Semana de 21 a 27 de Abril de 1976

CSTP - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
5/376
NE
1/1

avante

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 5500



**O QUE É A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA?
QUEM SÃO OS SEUS RESPONSÁVEIS?**

Trabalhadores em luta

CORONADO

O ministro do Trabalho, tendo dirigido um ultimato ao sr. "cônsul" da Coronado em que exigia a reintegração dos 37 suspensos, acabou por hesitar, perante um patrão que para conseguir (comprar) o apoio dos trabalhadores garantiu — "Se eles encerrarem a fábrica, eu continuarei a pagar os salários."

T. M. G.

Enquanto na Coronado, o Ministério do Trabalho ameaçou com a hipótese de encerrar a firma e possível intervenção estatal, na Têxtil Manuel Gonçalves, o próprio secretário de Estado do Trabalho reconheceu que há ali um problema político. "Neste caso disse ele aos 17 suspensos — há concretamente a influência do PPD, representado pelo dr. Carlos Bacelar, advogado da Administração e que funciona como elemento catalisador dos interesses contrários às decisões do Governo.

Esta é a opinião de Marcelo Curto.

José Vale de Figueiredo, adjunto de Spínola no comando do MDLP, não pensa bem assim. Depois de declarar que Manuel Gonçalves era um grande amigo seu, deixou entrever as profundas implicações do ELP/MDLP nas operações de Braga e Famalicão, sobretudo na Têxtil Manuel Gonçalves. "Deu mesmo a impressão — disse ele — que os distúrbios na Têxtil Manuel Gonçalves eram originados pelos operários."

Em comunicado enviado às entidades oficiais, os 17 suspensos alertam o Governo para mais esta "pista", exigindo que se tornem públicas as conclusões do inquérito que está a decorrer sobre os

acontecimentos de Agosto de 1975. O comunicado é do seguinte teor:

"Considerando que há um inquérito feito pelo governo aos violentos acontecimentos de Agosto de 1975 na Têxtil Manuel Gonçalves, SARL, que ainda não veio a público, apesar dos pedidos feitos pelos Sindicatos, Deputados à Assembleia Constituinte e nós próprios.

— Considerando os múltiplos atentados terroristas, particularmente no Norte do País; — Considerando as múltiplas ameaças que temos recebido, quer por escrito, quer telefonicamente;

— Considerando as afirmações feitas ao secretário de Estado do Trabalho, pelo dr. Carlos Bacelar, advogado da administração da Têxtil Manuel Gonçalves e na presença dele, em que ameaçava que «caso fôssemos reintegrados, haveria em Famalicão mortes e sangue como em Agosto de 1975;

— Considerando as afirmações feitas na Alemanha por ajudantes de Spínola, que dizem ser o «caso da Têxtil Manuel Gonçalves» orientado pelo ELP e MDLP;

— Exigimos, agora que existe uma pista, que as entidades oficiais investiguem e tomem públicas ligações que grupos na Têxtil Manuel Gonçalves possuem com as organizações terroristas acima indicadas.

Perguntamos também se a administração reintegrada pelo governo, em 3/2/76 e que impunemente tem despedido a sua decisão, além de ter praticado uma gestão ruinosa, também está comprometida com as organizações terroristas que têm actuado em Portugal.

INTERCOLOR

A Secretaria de Estado da Indústria Ligeira não deferiu um pedido de credenciais feito pelos

trabalhadores da Intercolor, que nesta data não receberam ainda os seus ordenados. Numa empresa onde tudo são irregularidades (capital social de 30 contos); o valor dos equipamentos é de 40 000 contos) os trabalhadores pretendem, enquanto o inquérito das Finanças não apresentar as suas conclusões, assumir a fiscalização e controlo dos fundos da empresa.

"Não são só os ordenados que estão em causa. Quem deve veiar pelos cerca de 14 mil contos da banca nacionalizada investidos nos Laboratórios Intercolor?"

FACAR

Por voto secreto, os trabalhadores da Facar manifestaram-se por esmagadora maioria, contra o regresso dos patrões e a favor da Comissão Administrativa que dirige a empresa desde 25 de Julho do ano passado.

TRANSPORTES J. NEVES

O patrão José Neves afastado da empresa em 20 de Maio de 1975, quando tentou sanear alguns trabalhadores da Administração, que facilmente lhe descobririam as vigarices de que vivia (só de Janeiro de 1974 a Março de 1975, ele levantou da caixa 6 659 478 500) vai voltar à gerência daquela firma, por decisão do Conselho de Ministros, que teve em conta pedidos de trabalhadores menos esclarecidos, particularmente

Sabe-se que José Neves, durante todo este tempo, desenvolveu intensa actividade junto dos trabalhadores menos esclarecidos, particularmente

junto dos camionistas, intimidando uns e aliciando outros com promoções e regalias várias.

PARDAL MONTEIRO

Esta empresa de mármore, que se encontra sob intervenção estatal há cerca de 10 meses, atravessa actualmente uma fase de rápida recuperação económica. "Chegará o dia — afirmou um dos membros da Comissão de Trabalhadores em que nos será permitido afirmar que o controlo operário saiu triunfante na nossa luta."

SECAS DO BACALHAU

Ao 7.º dia de paralisação, o patronato convocou as Comissões de Trabalhadores para negociar o caderno reivindicativo, que lhes foi apresentado em Janeiro. Como de outras vezes o patronato primou pelo boicote sistemático, tentando inclusive denegrir a luta dos trabalhadores, usando uma arma useira e vezeira e que consiste em virar trabalhadores contra trabalhadores. Mais uma vez os trabalhadores enganaram-se pois os trabalhadores estão unidos, firmes e dispostos a levar a sua luta até ao fim.

Nesta reunião o patronato foi mais longe nas suas provocações, porquanto acusou os trabalhadores de coacção, por ao fim de 3 meses de luta terem utilizado um direito que lhes assiste. A PARALISAÇÃO.

Pretendendo fazer chantagem apresentou o patronato nesta reunião uma contra-proposta aos trabalhadores na qual dizia que só negociaria se terminassem a paralisação e dessem termo à retenção do bacalhou, o que

levaria os trabalhadores a abdicarem dos princípios justos por que se batem.

Alertamos a população em geral para este tipo de manobras do patronato reaccionário e dizemos que a falta do bacalhou no mercado não pode ser imputada aos trabalhadores mas sim ao patronato, que vendo somente o lucro ganancioso se recusa a olhar para a precária situação dos trabalhadores das secas do bacalhou.

MAIORME

A nova arma de que se socorreu o irmão do General Galvão de Melo para intimidar os trabalhadores da «Maiorme» foi o ELP.

Efectivamente, aquele senhor, — que teve de abandonar a empresa em virtude de anormalias verificadas na contabilidade e fugas de capitais — depois de em Fevereiro ter assaltado a empresa, de arma em punho, enviou agora várias missivas a elementos da Comissão de Trabalhadores e da Comissão Administrativa, «via comando do ELP», intimando-os a abandonarem a empresa, (que se encontra sob a intervenção estatal), e a porem o cargo à disposição da entidade patronal.

FÁBRICA DO JACINTO

Mais de mil trabalhadores da Fábrica de Tecidos do Jacinto manifestaram-se no passado dia 15 em frente à Delegação do Ministério do Trabalho, no Porto, no sentido de pressionar o Governo a tomar uma atitude definitiva em relação à empresa.

Os trabalhadores protestam sobretudo contra o arrastar do problema da intervenção estatal na empresa, por parte do Ministério da Indústria e Tecnologia.



do Sindicalismo

O capitalismo não pode resolver os grandes problemas económicos e sociais que dependem do desenvolvimento do mundo contemporâneo. Os problemas, seguindo a evolução normal da sociedade, agudizam-se constantemente.

Um reduzido número de grupos capitalistas gigantes domina e domina ainda a vida económica e política do país, associando os seus meios de acção aos do Estado, no qual eles têm pretendido desempenhar um papel predominante.

Eles orientam, assim, a economia exclusivamente com o fim da sua expansão, do seu engrandecimento, da sua potência económica, financeira e industrial, e de seus lucros, o que os leva a agravar mais e mais a exploração dos trabalhadores, a travar a evolução das possibilidades económicas dos assalariados; a sacrificar a satisfação das suas necessidades individuais e colectivas.

O capitalismo não pode fazer soluções satisfatórias às exigências duma verdadeira cooperação internacional, baseada na independência nacional, na paz e na cooperação entre estados chamados fortes e ricos e os chamados pobres e fracos. O capitalismo não pode garantir nem a segurança de emprego, nem o futuro dos trabalhadores, da juventude, da velhice. Nem sequer pode dar soluções humanas e dinâmicas aos problemas postos pelas mutações de toda a ordem trazidas pela nossa época, pela natural evolução da sociedade. Nem pode dar condições de existência, um meio de vida correspondente às exigências das

necessidades individuais e colectivas numa civilização moderna. E muito menos ainda o capitalismo pode responder às necessidades da democracia, ou da democracia avançada, e de plena responsabilidade na vida económica social e tão profundamente desejada e sentida pelos trabalhadores.

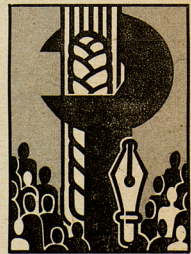
A necessidade duma transformação fundamental da sociedade é um imperativo inerente das leis do progresso social e económico de qualquer nação. Ela está inscrita nos desejos e ansios dos trabalhadores que lutam constantemente pela melhoria das suas condições de vida, contra as pressões de toda a ordem que rebentam do ventre, por natureza reaccionário, da sociedade capitalista e exploradora.

As palavras de ordem de «nova sociedade» na boca de mandões de certos partidos burgueses e reaccionários, como o PPD, o CDS, o PDC e outros da sua igualha, não têm outro objectivo que o de subtrair os verdadeiros problemas inerentes aos trabalhadores, ao mesmo tempo

que o Governo, envolvido numa tentativa de desviar os trabalhadores da luta, os pretende encaixilhar para o beco sem saída da colaboração de classes. Quando recorrem a estes métodos, as classes dirigentes confirmam na realidade, a existência de uma grande e justa aspiração dos trabalhadores a profundas modificações da sociedade, à sua transformação de uma gananciosa e impiedosa exploração capitalista para uma sociedade, sem classes, em que os trabalhadores venham a ser, de facto e de direito, os únicos senhores das riquezas por eles produzidas, uma sociedade sem senhores e escravos, sem explorados nem exploradores — apenas produtores que quer directa, quer indirectamente, possam dispor da riqueza que produzem, dispor da sua própria riqueza.

Em suma e muito concretamente, nas actuais condições de vida portuguesa, toda a verdadeira e real modificação pressupõe um sério, unido e decidido ataque à dominação dos grandes industriais, aos monopólios capitalistas implantados no nosso país,

impondo, pela vontade de operários e camponeses, de todos os trabalhadores, as necessárias e desejadas transformações democráticas, porta aberta para o triunfo da sociedade socialista.



UNIDOS ORGANIZADOS VIGILANTES VENCEREMOS



UNIDADE NA ACÇÃO

CONTRA

O FASCISMO

Seja qual for a máscara com que o fascismo se disfarce, assim como a forma com que se apresente, o fascismo é sempre a ditadura terrorista do grande capital, é sempre a oposição à cooperação e à paz entre os povos, é sempre a exploração mais brutal das massas trabalhadoras e a reacção brutal. O fascismo é o inimigo mortal da classe operária e de todo o povo trabalhador.

Os trabalhadores portugueses têm uma experiência dolorosa e sangrenta, bem recente, para perdoarem e esquecerem os seus verdugos. Todos os povos vítimas do fascismo sofreram a mesma repressão e tirania.

Em todas as situações o fascismo

- prometeu trabalho aos desempregados, mas naturalmente aumentou o desemprego;
- prometeu um salário «justo e humano» aos trabalhadores mas, submeteu os trabalhadores à mais desenfreada exploração;
- prometeu à juventude um futuro brilhante, porém trouxe-lhe humilhações, desigualdade social, acções militaristas, guerra, mutilações, desequilíbrio mental e a morte;
- prometeu às mulheres igualdade económica e social e ofereceu-lhes a mais vergonhosa discriminação;
- prometeu aos reformados melhores pensões e uma assistência social digna e deu-lhes desprezo, desrespeito e miséria;
- prometeu aos empregados, aos funcionários públicos, aos intelectuais, às classes médias, uma vida melhor, mas na verdade deu-lhes a incerteza e o desespero;
- prometeu aos camponeses acabar com a sua dependência dos grandes agrários e sistemas de créditos adaptados às suas necessidades, porém trouxe-lhes uma pesada carga de impostos, preços cada vez mais baixos para os seus produtos, a sujeição aos grandes intermediários, a penhora das suas terras, a emigração e a desgraça das suas famílias.

A todos ofereceu mundos e fundos, contudo das suas promessas o que ficaram foram guerras, campos de concentração, as masmorras, a miséria, a dependência ao imperialismo e uma economia desfeita.

O medo, a polícia política, o escárnio e a morte foram as suas armas.

O fascismo é a arma utilizada pelo capital monopolista, latifundista e financeiro, para lutar a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, pelas liberdades democráticas, pela participação na vida económica, social e política. O fascismo é a saída que o imperialismo e a reacção engendram para as crises do capitalismo, para as suas contradições internas. Eles não têm respostas para as lutas dos trabalhadores e, por isso, usam a repressão para melhor explorar.

Todos os povos têm um ódio de morte ao fascismo o que faz com que nenhum indivíduo, organização ou partido político, vinculado aos interesses capitalistas, reivindique a designação de fascista. Dizem-se demócratas, defensores dos direitos dos cidadãos, das liberdades e das garantias individuais e colectivas,

afirmam-se campeões das transformações económicas e sociais e aparentam condenar a repressão.

No entanto, na sua acção prática, no poder ou fora dele, combatem as nacionalizações e o controlo operário da produção, deturpam a reforma agrária e procuram fazer regressar os latifundiários, despedem individual ou colectivamente os trabalhadores, aumentam os preços e assim põem em risco a sobrevivência das massas trabalhadoras, propagam o analfabetismo e o obscurantismo, terrorizam as populações, combatem a organização sindical, negam as liberdades democráticas, recrutam esbirros para reprimir a classe operária e todos os trabalhadores, armam bandos de arruaceiros, etc.

De facto, a sua acção é a prova de que dizem-se defensores dos interesses das camadas mais desprotegidas da população, mais não fazem do que enganá-las para melhor defenderem os interesses da sua classe: a grande burguesia.

Estes «democratas» vão-se desmascarando progressivamente e por isso

mesmo receiam eleições livres e democráticas. Procuram, e em algumas zonas do país conseguem-no, provocar um clima de intimidação e terror de forma a não permitirem que as massas populares se esclareçam e organizem. De forma que o voto não seja a expressão do uso das liberdades, mas a expressão do medo, da repressão e do terrorismo.

Hoje, o inimigo comum é o fascismo. Ele manifesta-se já nas acções terroristas contra as organizações de trabalhadores e dirigentes sindicais, nos ataques às conquistas revolucionárias das massas trabalhadoras. Ele manifesta-se já de forma sobranceira e quantas vezes, demasiadamente, com impunidade das forças da ordem.

Mas, a classe operária, os trabalhadores, as massas populares têm força suficiente para barrar o caminho ao fascismo e à reacção, para assegurar um regime democrático no nosso país.

Para isso é preciso que nos unamos cada vez mais à volta dos nossos interesses e contra o inimigo comum.

Há que estreitar cada vez mais a unidade de acção da classe operária e das massas populares, em cada empresa, em cada bairro, em cada localidade e região, em todo o país.

Há que fazer do próximo acto eleitoral uma clara manifestação da vontade dos explorados, votando por um regime democrático que assegure o prosseguimento da revolução a caminho do socialismo.

Há que fazer do próximo acto eleitoral uma grande jornada que dê ao nosso povo um governo que defendendo os interesses dos trabalhadores, lhes assegure um futuro melhor ao povo.

Unidade na acção — a força dos trabalhadores
Venceremos!



QUE VELHICE...

Levanta-se um homem de madrugada, dia após dia, mês após mês, durante uma vida inteira, para ir trabalhar para uma oficina ou para uma grande fábrica, para um escritório ou para os dois palmos de madeira de uma fragata. Levanta-se um homem, mal tem tempo para olhar os filhos que ainda dormem, mete-se ao caminho quer chova quer faça bom tempo, passa o dia inteiro a ajudar a acrescentar a riqueza de um patrão qualquer, e quando volta a casa, mal tem tempo para olhar os filhos que já dormem.

E assim vão os anos. Passam breves os domingos sem que cheguem para a décima parte do que para eles foi projectado. Voam as férias, quando as há, sem que o

água, ar e liberdades fundamentais para todos os trabalhadores. E os técnicos não estão no Governo, ou à sua volta, para construírem justificações para a recusa do salário mínimo nacional aos reformados mas, bom pelo contrário, para com o seu adestramento profissional escolherem a técnica adequada a esse primeiro pagamento da dívida em aberto para com eles. Dívida que, pelo menos quanto a este aspecto, é absolutamente prioritária. Haverá muitas e grandes urgências nesta terra, mas decerto que nenhuma maior que a da justiça que é preciso fazer aos reformados. Pois eles são, como bem se entende, os que menos tempo têm para esperar.

Estas são algumas das razões que levam todos os trabalhadores portugueses em geral, e de um modo particular a Intersindical Nacional, a estarem ao lado dos trabalhadores reformados na sua luta para serem reconhecidos e satisfeitos os direitos indiscutíveis que são os seus. Razão porventura ainda mais forte que as já acima apontadas, só a de que todos os trabalhadores são um só corpo e formam uma só solidariedade, e não pode passar nenhuma «fronteira» artificial entre os que ainda trabalham e os que já foram rejeitados pela máquina implacável do patronato. Esta mesma razão de necessária unidade leva a que deva rejear-se o afastamento dos trabalhadores reformados da luta e da actividade sindicais. Mas não se pense, de resto, que o apoio e a solidariedade da Inter se limita à reivindicação da elevação das pensões de reforma para o nível do salário mínimo nacional. Como disse, essa será só a primeira prorrogação do pagamento de uma dívida, talvez aquela cujo não cumprimento se torna mais escandaloso. Os reformados, porém, reclamam providências mais amplas, e estão longe de estar só na sua luta.



corpo se sacie dessa coisa simples, desse direito fundamental que é sentir-se vivo e tranquilo. Até que, um dia, qualquer coisa falha. Ou são as mãos que já não têm a mesma força, ou é o coração que já não aguenta, ou é o sangue que já não percorre o corpo com o mesmo ímpeto, ou é uma viscera que se rasga. Ou é simplesmente o calendário que marca uns tantos anos. A partir daí, já um homem não serve para acumular mais riqueza alheia. Mandam-no então para casa, para uma casa já vazia dos filhos que não viu crescer, onde o espera uma mulher que envelheceu sem que ele desse por isso.

Está reformado, e espera-o, no fim do mês, uma mensalidade que talvez chegue, se tiver sorte, para que não morra literalmente de fome. Um reformado é isto: um homem que ao longo dos anos foi espoliado de tudo para, no fim, ser marginalizado pelos que o utilizaram e empurrado para o esquecimento. E a verdade é que o golpe surte efeito: é certo que há uma tendência generalizada para não nos lembrarmos desses homens que continuam a ser os primeiros credores de um sistema indigno. Mesmo quando falamos da exploração do homem pelo homem, quase só relacionamos a expressão com a situação dos trabalhadores activos, sem nos ocorrer que a exploração se prolonga mesmo para lá da passagem a situações de inactividade. Pois essa inactividade foi antecipadamente paga pelo trabalhador através da mais-valia que lhe foi roubada durante os anos de suor.

Por isso, é natural que nos procurem um arripio de indignação se um membro do Governo declara não ser possível pagar aos reformados deste país o salário mínimo nacional. Não há «razão» técnica, invocada por ministro ou secretário de Estado, que seja capaz de demolir esta certeza: tem de ser possível! Pela mesma razão que manda haver

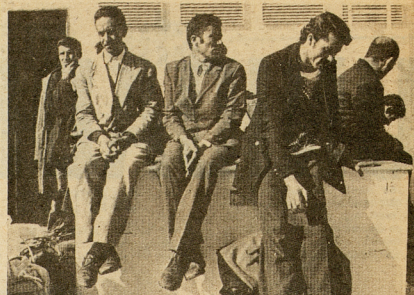
obtenção de uma pensão mínima digna, os trabalhadores reformados dão prova de justiça de vistas e de uma correcta visão dos seus problemas ao levarem as reivindicações a um outro nível. Fazem-no, por exemplo, quando



justamente exigem a criação de estruturas que conduzam ao aproveitamento integral das suas capacidades humanas, isto é, quando recusam o «espírito do asilo» que ainda condiciona muita gente quando se fala de reformados. Fazem-no quando reclamam o exame, naturalmente urgente, de toda a problemática da chamada «terceira idade», pois os velhos não podem esperar. Fazem-no, enfim, quando reclamam para si um estatuto de inteira dignidade, de integral qualidade humana, e rejetejam terminantemente qualquer parentesco com actos caritativos. Pois tudo o que reivindicam é tudo o que é devido aos homens inteiros que são.

Escusado será sublinhar que a luta dos trabalhadores reformados é a luta de todos os trabalhadores em geral. Por duas grandes razões, pelo menos. A primeira é a de que o natural futuro de cada um de nós é sermos, um dia, reformados. A segunda é que é única a «frente» dos trabalhadores perante todos os que se lhes opõem, perante todos os seus inimigos de classe, e o combate travado num sector repercute-se necessariamente em todos os outros. Os dedos apertados de um punho cerrado constituem uma só força. De onde a imperiosa necessidade do trabalho unitário, muito para lá de visões individuais que a unidade consente, é claro, porque os homens continuam naturalmente a ser diferentes por muito que sejam comuns os seus interesses fundamentais e a luta para os defender. De onde, também, a necessidade de recrudescer o apoio do movimento sindical em geral à luta dos trabalhadores reformados.

Um homem levanta-se de madrugada, dia após dia, mês após mês, durante uma vida inteira. Mas sabe que não está só; que, por toda a parte, àquela mesma hora, homens como ele enfrentam a mesma dureza e é como se estivessem ao seu lado. Mais que esse sentimento de solidariedade naquele momento, porém, é preciso que tenha a certeza de que nunca estará só. Nem mesmo quando as forças lhe faltarem para o trabalho da rotina. Nem mesmo quando um golpe baixo da vida o diminuir. E é preciso que saiba que sempre os outros estarão ombro a ombro consigo, e ele ao lado dos outros. Desde todas as madrugadas até todos os crepúsculos.



BASTA DE DEMAGOGIAS

A grande campanha lançada em França pela Comissão Consultiva contra a assinatura de novos Acordos de Emigração entre Portugal e França, sem que os emigrantes tivessem sido ouvidos, acabou por obter um resultado encorajante.

Com efeito, assediado pelas notícias dos jornais sobre o nosso descontentamento de emigrantes;

acolorada, sem dar tempo a quem quer que fosse de tomar notas, tudo o que se propunham pedir ao governo francês para melhorar os actuais Acordos.

Antes, no entanto, do final da reunião, o secretário de Estado, pressionado pelos presentes, declarou reconhecer na Comissão Consultiva a representatividade que lhe dão umas dezenas de associações que a informam e apoiam e que, nesse título, concordava com a delegação portuguesa às negociações dos Acordos tivesse uma sessão de trabalho com a Comissão Consultiva, na sua próxima vinda a França.

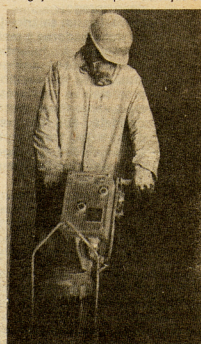
Esta «magnanimidade», que esconde o facto do mais alto magistrado da Nação, o general Costa Gomes, já em Junho de 75 ter recebido em audiência especial a Comissão Consultiva, não passava afinal de mais uma forma de se ver livre do assédio das Associações. Na verdade a delegação chegou a França e convidou a Consultiva para uma entrevista no dia 9 de manhã, como se não soubesse que, sendo composta por trabalhadores, não pode ter reuniões senão à noite ou nos fins-de-semana! Mesmo assim a Consultiva não deu furo à provocação e entrou em contacto telefónico com a delegação insistindo pela marcação de



incitado a responder à nossa mensagem ao Presidente da República, que este lhe retransmitiu, solicitado pelo embaixador em França a vir a Paris para atenuar o descontentamento que ia explodir na 3.ª Assembleia de Trabalhadores (convocada pela Consultiva), o secretário de Estado da Emigração, dr. Sérvulo Correia, resolveu finalmente vir a Paris.

Primeiro deu uma certa solenidade à sua presença na capital francesa, de forma a esconder o facto de ter sido forçado a ouvir os emigrantes. Depois compareceu finalmente diante de umas duas centenas de emigrantes representantes de umas dezenas de Associações, Clubes ou Grupos de portugueses. Ainda procurou levar a discussão para um terreno eleitoralista querendo inscrever como primeiro ponto o recenseamento. Mas os emigrantes obrigaram-no a discutir exclusivamente o problema dos Acordos.

Porém a desilusão dos emigrantes foi grande. Primeiro, porque para chegarem à Embaixada (onde a reunião se realizava) tiveram que atravessar uma forte barreira e centenas de polícias franceses que, na rua e medições controlavam os corvites e inclusivamente identificavam alguns dos portugueses que chegavam. Em segundo lugar, porque não conseguiram apurar quem chamara a polícia, dizendo esta, segundo o embaixador que estava ali para proteger a Embaixada de uma manifestação de que tivera notícia (e que ninguém atira viú). Finalmente, e sobretudo, porque o dr. Sérvulo Correia, em vez de vir ouvir os emigrantes, tinha decidido dar apenas essa aparência e impingir-lhes, em troca, uma sucessão de declarações de uma dezena de técnicos que o acompanhavam e ali debavam, em voz



nova data. Impossível! A delegação tinha a melhor das vontades: mas não tinha tempo de receber a Consultiva! Que se saiba, pois. Mais uma vez os emigrantes não foram ouvidos, nem na Assembleia com o secretário de Estado nem na malograda reunião com a Consultiva. O que começou a ser discutido no dia 10 com o governo francês é o cozinhado dos técnicos escolhidos



BASTA DE DEMAGOGIAS



pelos senhores Machete e Sérvulo. De resto a própria escolha do responsável da delegação é elucidativa, pois o dr. Grainha do Vale que a dirige não nos permite parafrasear o rito e afirmar que grainha a grainha enche o emigrante o papo das suas reivindicações. «Saneado» no seu consulado do Brasil, apareceu em França (milagre?) encarregado de estudar o saneamento consular em França! Ele não conta com qualquer simpatia entre os emigrantes. Estes recordam-se bem que tendo ele vindo a França para preparar o saneamento, não só nada fez como tentou nalguns casos pôr-se ao lado dos

cónsules acusados de fascistas contra os trabalhadores que os acusavam.

Se a emigração continua a não ser ouvida, certos indivíduos multiplicam contactos, consultam-se, tramam nas costas dos emigrantes. O dr. Machete discute com sr. Djoud e prepara a assinatura dos Acordos sem qualquer verdadeira consulta dos emigrados. Já depois de ter saído da Secretaria da Emigração, torna a visitar Djoud, desta vez em Paris e acompanhado do seu chefe partidário Sá Carneiro. Menos de uma semana depois é o dr. Sérvulo que visita o sr. Djoud. Por fim o dr. Sá Carneiro é recebido pelo presidente

Giscard que, diga-se de passagem recebera antes, talvez para melhor se interior os problemas da emigração, o conhecido «emigrante» Kauliza de Ariaga.

E nós perguntamos: quem está finalmente negociando os Acordos, o Governo português ou um dos partidos que o compõem? Nós reaceamos que aqueles encontros — alguns deles de resto, ditos privados — estejam, mais do que defendendo os direitos dos emigrados, vendendo a emigração a troco de apoios políticos e económicos, não para os interesses dos emigrantes ou do nosso País, mas do partido a que aqueles três personagens pertencem.

Uma nota da Secretaria de Estado da Emigração foi agora publicada, falseando completamente a situação. E nós tomamos a perguntar o que diz tudo isto o VI Governo Provisório? Quando decidirá ele interessar-se pela sorte (ou má sorte) de quase um milhão de portugueses que vivem em França e vão ter durante vários anos, a sua vida e as condições do seu trabalho, os seus direitos e as suas liberdades, reguladas por Acordos em que eles, os principais interessados, não foram consultados nem ouvidos?

Vós que tanto discutis sobre os «retornados», quando discutireis dos que só não retornaram ainda porque lhes têm constantemente pedido para por cá ficar, ainda, não para Portugal complicar mais o já complicado mercado do trabalho e, pelo contrário, ir ajudando a economia nacional com regulares remessas de poupanças, obtidas com que sacrifício?

Um mês após a nossa eleição, e agora em plena fase de negociações, continuamos à espera de sermos ouvidos. Não o conseguimos na Secretaria de Estado da Emigração. Conseguiremos no Governo?

**A Comissão Consultiva
Dos Trabalhadores Portugueses
Emigrados em França**

BALANCETE

1.º Trimestre

Em cumprimento da deliberação tomada no Plenário da Interindustrial Nacional de 30 de Dezembro de 1975, vimos apresentar o «Balancete de Receitas e Despesas» relativo ao 1.º trimestre de 1976.

RECEITAS E DESPESAS 1.º trimestre 1976

0 - RECEITAS		
010 -	Quotizações (1976)	1.243.156\$30
011 -	Quotizações em atraso (1974/1975)	3.299.253\$30
020 -	Solidariedade	20\$00
040 -	Receitas diversas	318.554\$30
	Saldo do ano anterior	4.860.983\$90
		833.627\$60
		5.694.611\$50
1 - DESPESAS		
100 -	Secretariado	347.585\$60
200 -	Serviços Administrativos	432.408\$10
300 -	Pessoal	856.181\$20
400 -	Relações Internacionais	38.424\$10
500 -	Informação e Propaganda	448.002\$70
600 -	Equipamento	47.154\$20
700 -	União Distritais	1.641.690\$90
800 -	União Locais	50.500\$00
900 -	Compromissos transferidos de 1975	367.427\$90
		4.229.374,\$70
	SALDO	1.465.236\$80
		5.694.611\$50

O Secretariado



MULHER A REVOLUÇÃO PRECISA DE TI

Como mulher e como cidadã, é indispensável a tua participação activa na vida do nosso país. Desembaraça-te da letargia que durante séculos te relegou para segundo plano na sociedade a que pertences e luta pela tua emancipação e pela conquista dos teus legítimos direitos. A discriminação que desde sempre te vem oprímindo, apenas favoreceu as classes dominantes, que por isso mesmo a cultivaram. A preocupação que sempre tiveram de ti «fada do lar» para uso doméstico, como se as funções de dona de casa e de mãe representassem o limite máximo da tua realização pessoal, confinou a tua acção a um espaço que não vai além das dimensões do teu lar. Isolada e inferiorizada, sujeita a condicionais de toda a espécie, não foste mais que uma reserva comoda de mão-de-obra barata.

O fascismo sempre limitou os direitos da mulher e a própria legislação portuguesa é ainda altamente lesiva da dignidade feminina. Regra geral, trabalho igual não corresponde salário igual. A ausência de protecção à maternidade, à infância e à velhice é um facto e tudo isto somado à sobrecarga das tarefas domésticas faz de ti o ser escravizado e abulico que sempre te impediu de participar no processo político e social do teu país.

Mas o 25 de Abril e a instauração de um sistema democrático em Portugal abriu novas perspectivas a todo o povo em geral e à mulher em particular.

Enormes conquistas foram já alcançadas, mas são ainda muitas as lutas que o povo português terá de travar, por isso nós dizemos: Mulher, a Revolução precisa de ti!

No contexto geral da luta em que todos estamos empenhados, a emancipação e progresso da mulher não só assume novos valores como possui novas condições de sucesso, dependentes, no entanto, da sua participação activa e organizada em conjunto com o homem, no processo geral que o país vive.

É urgente que a mulher participe na Revolução, que lute por melhores condições de vida e pelo reconhecimento total dos seus direitos.

No momento actual a mulher tem ao seu alcance uma imediata forma de participação e de luta: avizinham-se as eleições e o país de amanhã pode depender do comportamento da mulher perante as eleições. Como mãe, como trabalhadora e como cidadã, tens o direito e a obrigação de votar, mas não de um modo inconsciente e pouco esclarecido. A tradição de combatividade de que a mulher portuguesa deu sobejas provas ao longo de 48 anos de regime fascista, levará certamente a maioria a optar pelo voto mais conveniente. Mas compete igualmente a todas nos colaborar no esclarecimento de todas as companheiras que, por qualquer razão, não têm ainda a noção precisa do que significa votar com lucidez e consciência.

A partir do acto eleitoral que se avizinha e através da eleição de um

governo de esquerda, que assegure a continuidade da revolução em curso, os problemas actuais da mulher encontrarão sem dúvida uma solução, pois eles passarão a estar integrados na solução mais geral de todos os problemas da sociedade portuguesa.

Não votar é além do mais trair os nossos filhos, que têm direito a uma vida melhor e a uma sociedade mais justa, que será a conquista de todos.

Não haverá verdadeira democracia sem a nossa participação.

MULHER, A REVOLUÇÃO PRECISA DE TI!





CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

— CONCLUSÕES DO ENCONTRO
DE DELEGADOS SINDICAIS
E COMISSÕES DE TRABALHADORES
DO DISTRITO DE LISBOA

I — INTRODUÇÃO

Com o processo iniciado em 25 de Abril de 1974, amplas perspectivas se abriram ao movimento de massas. O derrubamento do fascismo, pondo termo à repressão do movimento popular e à opressão e obscurantismo ideológico e político, levou à instauração das liberdades democráticas e ao desmantelamento do aparelho repressivo do fascismo.

Embora tenha perdido o poder político e o braço repressivo de que se servia, o poder dos monopólios e latifundiários não foi, de imediato, destruído.

O desenvolvimento do movimento de massas conseguiu desferir poderosos golpes nesse poder económico e político. A elevação do poder de compra dos trabalhadores e do povo em geral e o fim do aumento desenfreado do custo de vida permitiram melhorar o nível e as condições de vida da generalidade da população. A estrutura económica herdada do fascismo, a sabotagem e o boicote interno e externo da nossa economia não permitiram, no entanto, resolver muitos dos problemas dos trabalhadores, nomeadamente no que se refere a serviços colectivos (saúde, educação), e equipamentos sociais (como a habitação).

A nacionalização da banca e seguros, seguida da nacionalização dos sectores básicos da economia, eram medidas necessárias, não só para estancar a sabotagem económica, mas também para criar as condições que permitissem a resolução desses problemas.

As nacionalizações rasgaram o caminho da construção de uma sociedade socialista (forma superior de organização social, económica e política em que é assegurado o domínio da classe maioritária e produtora da riqueza sobre o conjunto da sociedade e da economia, pondo assim termo à exploração de classe) e foram o primeiro passo para o desmantelamento dos grandes grupos económicos estreitamente aliados ao imperialismo estrangeiro. A Reforma Agrária, desmembrando o sistema

latifundiário de apropriação de terra e de exploração agrícola, pecuária e silvícola de vastas zonas desaproveitadas constituiu uma importante conquista revolucionária. Obra da iniciativa e do poder ctador dos trabalhadores rurais, apoiados pela crescente organização sindical que foi sendo construída, a Reforma Agrária alargou as áreas de cultivo, aumentou a produção agrícola, diminuiu e resolveu o problema do desemprego em vastas zonas do campo, contribuiu para diminuir a nossa dependência externa em bens alimentares e agrícolas beneficiando assim a esmagadora maioria do nosso povo.

actividade de laboração, paralisação de investimentos, mesmo os de reposição, paralisação da distribuição de produtos, acambramentos, retiradas e fugas de mais-valia das empresas, despedimentos, etc.). A articulação da sabotagem interna com boicotes de países imperialistas é a causa fundamental após o 25 de Abril da deterioração da situação económica.

O controlo operário, arma revolucionária dos trabalhadores para consolidar as conquistas alcançadas, é combatido frontalmente pelo capital e encarado de forma pouco clara pelo actual Governo. O seu exercício permite



população e de uma economia que aponte ao socialismo.

A recuperação capitalista, que tem a cumplicidade se não mesmo o apoio descarado do Governo, não interessa a instauração e o desenvolvimento do controlo operário motivo pelo qual, apesar de todas as movimentações dos trabalhadores, a lei do controlo operário já aprovada pelo Conselho da Revolução não foi promulgada.

Uma recuperação capitalista do processo accentuaria a exploração dos trabalhadores à custa da sua repressão, favoreceria o regresso do capital monopolista e dos latifundiários e agravaria a dependência económica do imperialismo, com os consequentes reflexos da crise geral do capitalismo, em matéria de aumento de preços e desemprego.

O desenvolvimento económico deve beneficiar a generalidade da população, combatendo o aumento do custo de vida, criando novos postos de trabalho em resultado do lançamento de novos empreendimentos industriais, coordenação entre os diversos sectores, a sujeição ao imperialismo

garanta, permitirá a consolidação da democracia, garantirá as liberdades democráticas, e o rumo socialista da nossa revolução. Tal só será possível com a mobilização e organização unitária das mais amplas massas de trabalhadores na base dos seus interesses de classe, na luta contra o terrorismo fascista, contra o regresso do patronato sabotador a empresas que abandonaram em situação deficitária e que foram recuperadas pelo esforço dos trabalhadores, contra as tentativas divisionistas e as manobras provocatórias, contra as dificuldades criadas pela recusa de créditos para matérias-primas e salários, contra o termo injustificado das intervenções do Estado, contra a recusa de passagens de credenciais, contra a subida do custo de vida, contra as medidas repressivas e as tentativas de aproveitamento pela direita de lutas e reivindicações justas, contra as manobras de ingerência e a chantagem do imperialismo.

II — AS TENTATIVAS DE RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

As tentativas de recuperação capitalista constituem uma das características essenciais da situação política, económica e social em que vivemos, particularmente após os acontecimentos do 25 de Novembro.

A recuperação capitalista visa essencialmente atacar as grandes conquistas dos trabalhadores e do processo revolucionário, visa atacar os direitos dos trabalhadores, o controlo operário, a reforma agrária e as nacionalizações, e, a concretizar-se, viria a conduzir-nos ao caos económico, à deterioração das condições de vida dos trabalhadores e à intensificação da sua exploração, realidades intimamente ligadas à reinstauração do fascismo.

Nas diversas intervenções focou-se que as tentativas de recuperação capitalista e reaccionária se verificam a vários níveis:

— Aparelho de Estado

O saneamento de estruturas e de fascistas do aparelho de Estado e a sua progressiva democratização que permitiram aos trabalhadores encontrar aí apoio às suas lutas foram completamente invertidos desde a entrada em funções do VI Governo e, em particular, depois do 25 de Novembro.

A promoção de incompetentes, corruptos, fascistas e conservadores, o saneamento de funcionários que pela sua prática



Ambos estes processos, nacionalizações e reforma agrária, depararam com a feroz oposição do grande capital, interessado em manter os seus privilégios de classe.

Intensificaram-se as acções de sabotagem económica (redução do nível de existências de matérias-primas, redução da

aos trabalhadores zelar pelo normal funcionamento das empresas, combater a especulação e sabotagem, contribuir activamente para uma planificação sectorial e global da economia, e garantir a colocação das empresas nacionalizadas e com intervenção do Estado ao serviço da maioria da

através da recuperação capitalista do lançamento de projectos que subordinariam ainda mais Portugal à divisão internacional de trabalho, viria beneficiar uma minoria exploradora e parasitária.

A manutenção das conquistas fundamentais e a formação de um Governo de esquerda que as



tinham ganho a confiança dos trabalhadores, a recepção carinhosa às reivindicações dos patrões, a utilização de forças policiais para carregar sobre os trabalhadores, foram acompanhadas por uma ofensiva reaccionária a nível de decreto-lei que visam limitar os direitos dos trabalhadores.

Em particular, o novo decreto-lei da contratação colectiva, que congela na prática os salários, não prevendo formas de obrigar o patronato a acelerar as negociações, a revisão do decreto-lei que regula a intervenção do Estado nas empresas, os limites impostos ao auxílio de crédito por parte da banca às empresas em dificuldades geridas pelos trabalhadores, as intenções de financiamento das multinacionais (como esteve anunciado para a Timex), as constantes tentativas de revisão do decreto-lei do controlo operário, para lhe retirar todo o conteúdo revolucionário, as hesitações e complicidade perante os despedimentos que se processam, contrários à lei em vigor, são algumas das formas que o novo aparelho de Estado tem utilizado para dificultar as condições de vida dos trabalhadores.

O congelamento da contratação



colectiva, acompanhado com a política de preços altista em que todo o poder de comercialização foi entregue de novo aos intermediários parasitas visa diminuir o nível de vida dos trabalhadores, anular na prática as conquistas salariais justíssimas, posteriores ao 25 de Abril.

A criação de dificuldades à passagem de credenciais indispensáveis para os trabalhadores, continuarem a assegurar o funcionamento das empresas e a defesa dos postos de trabalho, a criação de condições para que os sabotadores possam recorrer das decisões tomadas e tomar a apropriar-se das empresas, a recusa sabotaram, o encerramento e selagem pelas forças policiais, como sucedeu recentemente na Sanimar, Gomes de Castro e Joaquim Francisco dos Santos, a recusa sistemática em decretar a intervenção do Estado apesar das provas de sabotagem existentes, como nos casos da fábrica de tintas da Torre, na Têxtil Jacinto, as dificuldades levantadas à formação de cooperativas, como no Mealheiro do Lar, provam que a ofensiva reaccionária utiliza todas as formas para impedir a defesa dos interesses dos trabalhadores e permitir os «direitos» dos exploradores.

No campo do aparelho de Estado têm-se distinguido particularmente pelas suas atitudes de colaboração com o grande patronato os Ministérios do Trabalho, do Comércio Interno, da Indústria e Tecnologia e de Finanças.

A conquista das liberdades com o 25 de Abril e a luta dos trabalhadores da imprensa, rádio e televisão,

permitted retirar das mãos dos monopólios os poderosos órgãos de comunicação social de que se serviam para propagandar o fascismo e combater as lutas dos trabalhadores. No decurso do processo revolucionário, a cobertura dada às lutas dos trabalhadores foi, em muitos casos, decisiva para que estas pudessem atingir os seus objectivos.

A importância que este sector assume para os reaccionários que querem condicionar e deformar a opinião do nosso povo não é estranha a ofensiva reaccionária que aí se desenvolve. O saneamento de jornalistas progressistas e até dos que sem o serem não se comprometem com as forças do obscurantismo, a nomeação de administrações reaccionárias, a reimposição da censura previa em muitos órgãos de comunicação, visam permitir a sua manipulação reaccionária.

Onde antes os trabalhadores dispunham de verdadeiras tribunas interessadas em relatar a verdade, verificam-se hoje ataques caluniosos, provocadores, que visam dividir os trabalhadores, enfraquecer a sua luta, permitir a recuperação patronal.

O papel desempenhado por alguns jornais, em que se destacam o «Comércio do Porto», propriedade do Estado, nomeadamente para criar as condições para o regresso do sabotador Manuel Gonçalves, a actividade desenvolvida por dezenas de passquins que, sob a capa de regionais, transmitem as mesmas políticas fabricadas pela central reaccionária, as atitudes insinuosas do «Expresso» em relação aos supermercados (já podem voltar os administradores do Pão de Açúcar, conforme decisão do Ministro do Comércio Interno que coroa uma grande campanha deste semanário e que poderá ter graves incidências na Reforma Agrária), o «pluralismo» da RTP e da rádio, com um papel, altamente nocivo aos interesses dos trabalhadores e do nosso povo, conduz à total indiferença (quando não à calúnia) em relação às lutas dos trabalhadores e aos seus



esforços para defesa dos postos de trabalho e a economia nacional.

— Empresas Nacionalizadas

A parte da economia controlada pelo Estado atinge hoje uma importância, que sem ser maioritária, nem por isso deixa de obrigar praticamente todos os sectores chave da economia (banca, seguros, cimentos, siderurgia, adubos, papel, petróleo, construção e reparação naval, electricidade, gás e água,



transportes, cerveja e tabaco).

A colocação destes sectores ao serviço do desenvolvimento económico que beneficia a maioria esmagadora do nosso povo é a tarefa essencial que a recuperação têm de levar para a frente.

A recuperação capitalista no sector nacionalizado caracteriza-se essencialmente pela recusa de promover as necessárias conversões e coordenação dos sectores nacionalizados, da utilização desse sector para, continuando a funcionar pela lógica do lucro e do mercado, beneficiar a empresa na posse dos capitalistas, facilitando assim a acumulação de capital que estes prosseguem e que constitui a sua lei.

Em particular as dificuldades levantadas pela banca, que deveria estar ao serviço do povo, ao financiamento de empresas deixadas em ruinosas condições pelos sabotadores e que o esforço dos trabalhadores têm permitido aguentar, têm tido graves consequências na mobilização dos trabalhadores. Não foi por acaso que uma das primeiras medidas do ministro das Finanças foi proceder ao saneamento das Comissões

A nível dos transportes, a necessidade de um plano que integre a ferrovia e a rodovia é tanto maior quanto a actual desorganização do serviço continua a ser arcada pelas bolsas dos utentes e contribuintes.

A Recuperação Patronal Das Empresas

A luta em defesa dos postos de trabalho e da produção nacional, o desenvolvimento da sabotagem económica, conduziu ao decretar das intervenções do Estado, à formação de cooperativas de produção, à gestão operária, de centenas de empresas com milhares de trabalhadores.

Apesar de, na maioria dos casos, os trabalhadores não estarem preparados para as novas tarefas que se lhes puseram, a combatividade, o esforço criador, o espírito de luta e a unidade conseguiram superar deficiências, permitiram corrigir erros e consolidar as conquistas.

Não é por acaso que as tentativas de recuperação patronal das empresas se iniciaram nestas empresas. Sem perder de vista que os objectivos essenciais continuam a ser as desnacionalizações e entrega das terras aos latifundiários, as forças reaccionárias atacaram por onde lhes parecia mais fácil e rápido atingirem os seus objectivos, de forma a abrir caminho à liquidação das conquistas essenciais da revolução.

Para levar a cabo a recuperação patronal das empresas, o patronato sabotador, para além de se utilizar do aparelho de Estado e dos órgãos de desinformação recorreu nomeadamente:

— Assaltos, inclusive armados, de patrões e seus lacaios a empresas controladas pelos trabalhadores da Maiome, Menças Alves, Coopgente e Milteix;

— desprestígio de gestão dos trabalhadores utilizando mentiras insidiosas para tentar responsabilizá-los por uma situação cuja responsabilidade cabe fundamentalmente ao ex-patrão;

— utilização de panfletos anónimos, boatos, calúnias, provocações, abaixo-assinados muitas vezes de origem anónima, promessas de aumentos salariais de certas categorias (Amado Gráfica, Facral) para fomentar a divisão e a desconfiança entre os trabalhadores;

— tentativa de intimidação, com ameaças de fecho de empresas, despedimentos de trabalhadores mais activos, restrições dos direitos sindicais e da liberdade de reunião na empresa, em que o caso mais evidente é o da Têxtil Manuel Gonçalves;

— aproveitamento e incantivação do clima reaccionário através dos ataques terroristas a Sindicatos (como aconteceu em Braga, no seguimento de uma grandiosa manifestação dos trabalhadores) e a elementos que se destacam na luta dos trabalhadores (foi o caso do



assassinado do nosso camarada dos viedeiros da Marinha Grande) etc.

Os Ataques aos Direitos dos Trabalhadores

Toda a ofensiva reaccionária processa-se como vimos nas partes anteriores, no quadro de uma política antioperária e antipopular, afectando os direitos dos trabalhadores, conquistados no 25 de Abril e reconhecidos na Constituição aprovada.

As restrições à liberdade de negociação colectiva, as tentativas de limitação do direito à greve, as restrições aos direitos sindicais na empresa, os despedimentos efectuados e ameaçados e a lei que permite a sua efectivação, a imposição do autoritarismo através da repressão, o fomento de Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais fantecho, controladas pelo patronato, são a antevista do que nos esperariam se a recuperação capitalista atingisse os seus objectivos e a «paz social» garantida pelas forças repressivas fosse conseguida.

III — A Luta dos Trabalhadores

Perante esta ofensiva os trabalhadores vêm conseguindo defender, no essencial, as conquistas, grandes e pequenas, do processo revolucionário. A consciência de que qualquer derrota, por mais pequena que pareça, poderá ter uma influência importante na marcha dos acontecimentos, tem contribuído para o reforço da

(Continua na pág. 14)



A União Distrital de Lisboa efectuou, no princípio do ano, um curso experimental sobre controlo operário. «Alavanca» publica, neste número, um dos temas abordados nesse curso — a evolução dos preços e salários e a questão do desemprego.

Os elementos estatísticos referidos, de origem oficial, desmentem, por si só, as mentiras e atoardas lançadas pelas forças reacconárias; a sua divulgação é, sem dúvida, um contributo para combater a demagogia eleitoralista em que as forças do passado e do obscurantismo se têm de basear.

Em próximos números, «Alavanca» divulgará outros elementos, não menos importantes, com base nos textos de apoio do mesmo curso.

Análises a evolução dos PREÇOS E SALÁRIOS nestes dois últimos anos e as consequências da evolução verificada sob o ponto de vista económico e social. Começemos por observar os dados do Quadro I.

em particular no que se refere a matérias-primas e produtos agrícolas.

— deficiente estrutura da economia, em que as pequenas empresas, mal preparadas, continuam a ter um importante peso

QUADRO I
Aumento do Índice de Preços no Consumidor (sem habitação) na cidade de Lisboa.

PERÍODO	AUMENTO EM PORCENTAGEM DOS PREÇOS
De Abril/74 a Abril/75	+ 24,6 %
De Julho/74 a Julho/75	+ 19,0 %
De Agosto/74 a Agosto/75	+ 18,7 %
De Nov./74 a Nov./75	+ 13,4 %
De Dez./74 a Dez./75	+ 17,4 %

Portanto, se considerarmos períodos de um ano a começar em meses diferentes, constatamos que a média que nos atastamos de Abril de 1974, o ritmo de aumento dos preços vai diminuindo. Por exemplo, entre Abril de 1974 e Abril de 1975, os preços no consumidor, em Lisboa, subiram quase 25% enquanto, entre Novembro de 1974 e Novembro de 1975, cresceram cerca de 13%; portanto, praticamente metade do verificado no período considerado anteriormente. Contudo, os aumentos de preços decretados no mês de Dezembro pelo VI Governo tiveram como consequência que, entre Dezembro de 1974 e Dezembro de 1975 a subida de preços atingisse a taxa de 17,4%.

Outro processo para analisar a forma como os preços aumentaram a partir de 1974 é ver qual foi o crescimento médio mensal dos preços em determinados períodos.

Assim, e de acordo com o quadro seguinte, constatamos que o forte agravamento dos preços que se vinha a fazer sentir em princípios de 1974 teve uma quebra acentuada a partir do mês de Abril desse mesmo ano; a política antioperária do VI Governo veio provocar um acentuado aumento de preços já em Dez./75.

Contudo foi em Janeiro de 76 a altura em que os maiores aumentos de preços foram decretados.

Se bem que tenha sido possível, durante este período, conter as pressões inflacionistas, os aumentos de preços verificados até Novembro de 1975 eram inevitáveis; como principais razões poderemos apontar as seguintes:

— política artificial de preços do regime anterior que mantinha preços políticos para determinados bens, muito inferiores ao seu custo, sendo a diferença entre o preço e o praticado, coberta pelo Fundo de Abastecimento. Dado o elevado défice deste organismo não foi possível continuar a subsidiar os preços destes produtos, e daí a necessidade de proceder ao aumento de preços.

— forte subida nos preços de produtos adquiridos, nos mercados internacionais, que se vieram a repercutir na nossa economia, dada a nossa dependência do estrangeiro,

no total da produção nacional.

Contudo, tentou-se principalmente na parte de bens alimentares, garantir determinados preços ao produtor, mantendo uma certa estabilidade dos preços no consumidor, sem que isso originasse especulações e a consequente escassez de produtos no mercado, e que foi possível através do controlo dos canais de comercialização e de distribuição, que se encontravam e continuam a estar nas mãos dos grandes intermediários.



QUADRO II
Variações médias mensais dos preços no consumidor
CIDADE DE LISBOA

	JAN. 74 ABRIL. 74	ABRIL. 74 DEZ. 74	JAN. 75 OUT. 75	NOV. 75	DEZ. 75
Índice geral (excluindo habitação)	2,9	1,6	0,8	0,8	3,6
Alimentação	3,1	1,9	1,0	1,2	5,8

Importa salientar que a política de contenção dos preços seguida após o 25 de Abril de 74 em particular no que se refere a bens de primeira

«OS PREÇOS SOBEM OS SALÁRIOS VALEM M O DESEMPREGO AGRAVA»

necessidade, não fazendo repercutir os aumentos salariais nos preços e obrigando à diminuição das margens de lucro dos capitalistas e intermediários, veio permitir que os aumentos de salários correspondessem a uma melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, e em particular das que auferiam menores rendimentos.

Os dados alinhados no quadro III e publicados no Relatório que acompanha o Orçamento Geral do Estado para 1976, provam claramente isso.

O aumento verificado nos salários nominais a um ritmo superior ao registado nos preços, durante o período compreendido entre 25 de

QUADRO III

ACTIVIDADES	Aumento em percentagem dos salários nominais	
	De Janeiro a Dezembro 1973/Jan. a Dezembro 1974.	De Janeiro a Setembro de 1974/Jan. a Setembro de 1975.
AGRICULTURA		
Trabalhos gerais		
Homens	+ 32,6 %	+ 29,3 %
Mulheres	+ 40,5 %	+ 43,6 %
INDÚSTRIA E TRANSPORTES		
Cidade de Lisboa	+ 32,3 %	+ 20,1 %
Cidade do Porto	+ 38,5 %	+ 29,9 %

as suas condições de vida melhorassem.

Os dados alinhados no QUADRO abaixo indicado e retirados do mesmo Relatório elaborado pelo VI Governo Provisório, confirmam isso. Portanto, o poder de compra real

dos trabalhadores aumentou claramente no período compreendido entre Janeiro a Setembro de 1974 e Janeiro a Setembro de 1975 + 12,4% na Indústria e Transportes (Porto) e + 12,7% na Agricultura.

QUADRO IV
Aumento Percentual dos salários reais

ACTIVIDADES	PERÍODO	
	Jan. a Setembro de 1974	Jan. a Setembro de 1975
AGRICULTURA		
Homens	+ 12,7 %	+ 10,3 %
Mulheres	+ 22,5 %	
INDÚSTRIA E TRANSPORTES		
Lisboa	+ 8,5 %	+ 12,4 %
Porto		



M M MENOS RAVA-SE» - PORQUÊ?

Tal melhoria nas condições de vida das massas trabalhadoras é confirmada também pelas modificações verificadas da estrutura salarial portuguesa depois do 25 de Abril de 1974.

Os dados do quadro seguinte mostram isso.

internamente o que produzem, pois não encontram quem tenha dinheiro e que esteja interessado em adquirir esses artigos.

Assim, o aumento do poder de compra real das classes trabalhadoras, determinado pelas subidas verificadas nos salários

QUADRO V
Estrutura Salarial do País

GRUPOS/CLASSES de vencimentos	Porcentagem dos trabalhadores em cada grupo (actividade privada com exclusão da Agricultura e Serviços Domésticos)	
	Janeiro 74	Janeiro 75
Menos de 3300\$00	48,2 %	1,7 %
Entre 3300\$00 e 5000\$00	33,1 %	36,1 %
Entre 5000\$00 e 12 000\$00	17,4 %	56,6 %
Mais de 12 000\$00	1,3 %	3,7 %

Portanto, em Janeiro de 1974, 48,2% dos trabalhadores considerados tinham salários inferiores a 3300\$00 e, em Janeiro de 1975, a percentagem de trabalhadores em idênticas condições, tinha-se já reduzido para 1,7%.

Por outro lado, a percentagem de trabalhadores com ordenados compreendidos entre os 5000\$00 e 12 000\$00 era, em Janeiro de 1974, apenas de 17,4% enquanto, em Janeiro de 1975, já alcançava 56,6% do total.

Estes dados, bem como os anteriormente apresentados sobre preços e salários, mostram de uma forma extremamente clara, por um lado, que a política de salários e preços dos Governos Provisórios anteriores beneficiou largos sectores da população trabalhadora (precisamente as classes menos favorecidas de que fala o Programa do MFA) e, por outro lado, contribuiu para o alargamento do reduzido mercado interno, condição indispensável para o rápido desenvolvimento da Economia Portuguesa.

Efectivamente, a estreiteza do mercado português é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da indústria e de outras actividades económicas no nosso País. Em termos de consumo, os oito milhões de portugueses correspondem a cerca de três milhões de consumidores médios europeus. Por esta razão, muitos milhares de empresas estão impossibilitadas de vender

durante os dois anos anteriores, por um lado, contribuiu para o melhoramento das suas condições de vida e, por outro lado, representou um poderoso estímulo ao desenvolvimento económico do nosso País.

Aquele aumento do poder de compra da população é uma das razões mais fortes como já se mostrou atrás, porque numa altura em que uma grave crise económica abala todo o sistema mundial de capitalismo, «nas indústrias portuguesas produtoras de bens de consumo a tendência é bastante favorável».

É evidente que o aumento indiscriminado e generalizado dos preços que tem sido posto em prática pelo VI Governo Provisório, tem como consequência uma diminuição brutal e imediata do poder de compra das classes trabalhadoras, o que, por sua vez, contribuirá para agravar ainda mais a crise económica em que o País se debate, pois as empresas encontram cada vez maiores dificuldades de escoar a sua produção.

É o agravamento da crise económica traduzir-se-á necessariamente por maior desemprego e por maior número de falências de empresas, principalmente pequenas e médias.

As medidas que estão a ser postas em prática — aumento generalizado dos preços, congelamento de contratações colectivas, e multiplicação de impressos que atingem principalmente as classes trabalhadoras — é a solução

Em Agosto de 1975 o número de pedidos de emprego atingia 133 787 e que, adoptando o raciocínio indicado, se vem a traduzir num total de 270 000 desempregados. No fim de 1975 e de acordo com as previsões feitas este número devia rondar os 320 000.

Embora o pressado de cálculo utilizado seja passível de críticas, a não obrigatoriedade de inscrição no Serviço Nacional de Emprego leva a que não seja possível determinar de uma forma real o volume do desemprego. Contudo pensa-se que os 320 000 será o valor que mais se aproxima da realidade.

O agravamento do problema do desemprego em Portugal tem várias causas:

1. Paralisação dos investimentos levada a cabo pelos grandes capitalistas;
2. O regresso de 300 000 portugueses principalmente de Angola e Moçambique;
3. A crise geral que abala todo o sistema capitalista;
4. A desmobilização de cerca de 1 000 000 militares e, consequência do fim das guerras coloniais;
5. A redução da emigração;
6. A instabilidade política quase

objectivo era apenas a exploração da mão-de-obra. A partir do momento em que os trabalhadores conquistaram melhores salários (é de salientar que a fixação do salário mínimo veio beneficiar a maior parte dos operários ligados a estas indústrias) não foi possível a estas empresas continuarem a manter as elevadas taxas de exploração até então praticadas.

Muitos foram também os casos de abandono de empresas por parte dos patrões e de sabotagem económica onde os despedimentos se não verificaram porque os trabalhadores tomaram as empresas nas suas mãos ou conseguiram a intervenção por parte do Estado e, desta forma, mantiveram os postos de trabalho, contribuindo assim para o não agravamento do desemprego e para a manutenção da actividade produtiva.

A juntar a tudo isto, o lançamento, no mercado do emprego, de 100 000 jovens em idade activa, que foram desmobilizados, veio ainda agravar mais a situação.

Paralelamente, num país onde ainda não funcionam os mecanismos próprios de uma sociedade socialista, a emigração como solução capitalista para o problema



capitalista para qualquer crise económica, solução essa que acarreta sempre grandes sacrifícios principalmente para as massas trabalhadoras e que, infelizmente, está a ser adoptada, neste momento, em Portugal.

QUE SOLUÇÃO?

O desemprego é já importante em Portugal. No entanto, não existem dados globais exactos sobre o número dos trabalhadores desempregados no País.

É vulgar ouvirem-se declarações contraditórias de elementos responsáveis do Governo sobre o actual número de desempregados, inflacionando deliberadamente este número com o objectivo de alitar para cima dos anteriores governos provisórios a responsabilidade de uma situação que tem causas várias e que iremos tentar analisar seguidamente.

Em relação ao número de desempregados, os únicos dados concretos que existem são o número de trabalhadores inscritos no Serviço Nacional de Emprego, à procura de trabalho, e que se supõe representarem 50% do total de desempregados.

permanentemente criada pelas forças reaccionárias;

7. A manobra dos mecanismos próprios de uma sociedade capitalista;
8. A sabotagem económica, tanto interna como internacional.

Seguidamente iremos analisar mais em pormenor algumas destas causas.

Assim, o regresso em massa de cerca de 300 000 portugueses lançou no mercado do emprego, de um momento para o outro, perto de 100 000 activos (os restantes 200 000 eram constituídos por mulheres e crianças).

Por outro lado, a crise geral que abala presentemente todo o mundo capitalista, assim como o boicote realizado as exportações portuguesas e aos investimentos em Portugal, determinou, por um lado, que um número crescente de empresas encontrassem grandes dificuldades para vender aquilo que produzem e, por outro lado, que não fossem criados novos postos necessários para dar trabalho a todos aqueles que estão desempregados. Foi nos sectores industriais virados à exportação, onde predominava o capital estrangeiro que os principais despedimentos se deram, é o caso da indústria têxtil e da electrónica, sectores em que havia grandes unidades multinacionais, cujo

do desemprego, deixou praticamente de funcionar em Portugal.

Assim, o número de trabalhadores portugueses que emigraram, em 1973, alcançou 120 000 e, em 1974, apenas 70 000 e, em 1975 (até Julho), somente 28 500.

Finalmente a instabilidade política criada permanentemente aos Governos Provisórios anteriores pelas forças reaccionárias, assim como a actual viragem à direita, são factores que impediriam e actualmente impedem a solução definitiva do problema do desemprego no nosso País.

Efectivamente, a forte campanha reaccionária desencadeada com a utilização de largos meios, principalmente contra o IV e V Governos Provisórios, impediriam que estes, apesar das nacionalizações feitas e da Reforma Agrária iniciada, tomassem medidas adequadas para enfrentar este grave problema.

Como exemplo e, para situar correctamente este problema, temos o caso de Cuba, onde na altura em que a Revolução triunfou, existia cerca de meio milhão de desempregados, ou seja, um em cada três trabalhadores estava desempregado. Actualmente não existe desemprego em Cuba. Portanto, o problema do desemprego é de possível resolução mas apenas numa sociedade socialista.



REFORMA

agrária

UNIDADE COLECTIVA

DE PRODUÇÃO «25 DE ABRIL»



A Unidade Colectiva de Produção "25 de Abril", situa-se na região do Couço.

Nessa área existe o maior número de Unidades Colectivas de Produção de todo o Distrito de Santarém.

São 22, as Unidades deste tipo, cada uma delas com várias herdades agregadas.

Até onde a vista alcançava, vimos um enorme campo de sobreiros, cheio de mal — "que nem para o gado pastar servia" — onde alguns trabalhadores procediam ao abate de árvores.

Os amigos com quem conversámos explicaram, então, que esse trabalho devia ter sido feito desde 1960 (já lá vão 16 anos!...).

Efectivamente, essa área estava abrangida no plano de rega do Vale do Sorraia. Deveria, pois, ter sido desmatada, tendo em vista o seu plantio.

O agrário, de convicção com as autoridades fascistas, entendeu não o fazer.

Destse modo, o gado existente ia morrendo à fome, a terra ia-se tornando estéril, o desempenho grassava.

No decorrer dos anos, o agrário foi acumulando largos proventos, a partir da exploração directa dos trabalhadores.

Arrendava grande parte da herdade a seareiros, não fazia a cura do arroz (monda química), deixava o gado morrer à fome — "fato mais parecia um grande cemitério para os animais" — além de ter acumulado dívidas sobre dívidas, no que respeita, pelo menos, a adubos e à monda química do arroz.

Se, para além disto, acrescentamos o facto de não pagar os salários e subsídios de férias aos trabalhadores, de ter deixado a herdade praticamente sem maquinaria — "a que restou, estava avariada e velha, sem serventia" — bem se compreende o boicote efectivo que esse senhor da terra, já antes do 25 de Abril, fazia à economia nacional.

Naturalmente, e após a grande conquista dos trabalhadores, que constituiu a promulgação da Lei da Reforma Agrária, os trabalhadores ocuparam, legalmente, essas propriedades, que hoje se encontram expropriadas.

trabalho".

De referir o caso que se passou com o antigo guarda da herdade, a quem o agrário, depois daquele ter sofrido um grave acidente, ofereceu, como "reforma" um

Abril", colocaram na Cooperativa do Vale do Sorraia, cerca de 290 toneladas de arroz e também, uma larga quantidade de tomate.

SOLIDARIEDADE ENTRE OS TRABALHADORES

Essa Cooperativa, demora a pagar aos trabalhadores os produtos que estes, ali colocam. "Mas, quando temos que levantar algum arroz da Cooperativa, tem que ser com dinheiro à vista..."

"E, agora, remetem-nos para o Crédito Agrícola de Emergência, que além de ter um juro de 6,5%, tarda sempre a chegar".

Portanto, e duma maneira geral, os trabalhadores sentem que todo o labor desenvolvido tem sido fruto e resultado da sua luta, já que, das entidades governamentais, pouco ou nenhum auxílio, têm recebido.

Realçam, todavia, a solidariedade que trabalhadores de outros sectores, que não a agricultura, têm demonstrado, através de jornadas de trabalho voluntário nos campos.

"Tivemos connosco, durante algum tempo, camaradas metalúrgicos e outros operários. Também da nossa parte, tem havido demonstrações de solidariedade para com os

camaradas trabalhadores agrícolas do Alentejo: Um grupo de mulheres de Couço, lá esteve na apanha da azeitona, durante 7 semanas".

De resto, a solidariedade entre os trabalhadores, tem sido uma constante do processo da Reforma Agrária, em Portugal. E é justamente também, por essa razão, que os reacçãoários, os agrários: os grandes latifundiários e os seus aliados, os inimigos dos trabalhadores, em geral, têm vindo a ser banidos e vencidos por toda a parte onde a terra e o processo produtivo se encontram nas mãos dos trabalhadores.

Justamente, neste momento, se encontra em curso mais uma iniciativa dos trabalhadores, neste sentido: a criação de um fundo popular de apoio à Reforma Agrária, resultado do Plenário da Intersindical Nacional, realizado em Beja, no passado dia 9.

E necessário que todos compreendamos a necessidade e urgência de fazer avançar, apoiando-a, mais esta iniciativa dos trabalhadores, em defesa da Reforma Agrária, em defesa do futuro da Democracia, em Portugal.

Porque será através desta iniciativa que os camaradas da Unidade Colectiva de Produção "25 de Abril" (e não só) poderão colocar a cortiça que as suas terras produzem (fugindo ao circuito de comercialização dos intermediários exploradores), poderão melhorar as instalações para o pessoal, para o gado e para os produtos da terra, poderão desenvolver a sua produção.

Será através do auxílio que todos nós damos ao FARA (Fundo de Apoio à Reforma Agrária), que a nosso País, as nossas terras, as nossas gentes, todos nós, enfim, construíremos a sociedade justa e fraterna, por que nos batemos: Um Portugal, onde se viva em Socialismo! Unamo-nos, pois, todos os trabalhadores, para bater e levar de vencida a ofensiva reacçãoária contra a Reforma Agrária.



CRIAR MAIS POSTOS DE TRABALHO

E começaram a fazer, a partir dessa data (23 de Julho de 1975), o que até aí o agrário nunca quis fazer: tornar as terras produtivas e prósperas, para bem de todo o Povo português e da economia nacional.

Embora estejam, como nos diesseram, "numa fase de arranque", o resultado dos seus esforços começa a estar à vista de todos: com o abate das árvores, ganha-se terreno para sementeiras. São cerca de 1200 hectares para culturas como o arroz e tomate; para o gado, são reservadas áreas de pastagem; os ordenados estão a ser pagos regularmente a todos os trabalhadores.

Por outro lado, vão ensaiar a cultura do tabaco, numa área de cerca de 17 hectares e tentar a exploração de gado leiteiro.

"Hoje, trabalhamos aqui, 60 homens e mulheres, enquanto que no tempo do agrário, só havia emprego, pago miseravelmente, para 8 camaradas. E pensamos que, num futuro próximo, vamos criar muitos mais postos de

MAÇO DE TABACO e DOIS CONTOS, além de lhe ter retirado uma pequena terra, onde o pobre homem cultivava arroz, e que lhe era atribuída como ordenado!...

Neste momento, dizem-nos os trabalhadores, o maior problema é causado pela falta de dinheiro para investimentos de diversa ordem.

E, no entanto, ele deveria existir, uma vez que os trabalhadores da Unidade Colectiva de Produção "25 de



FORÇA, FORÇA, NORTE

Os trabalhadores rurais do Norte do País, têm vindo a desenvolver uma forte luta contra os reacçãoários, contra os fascistas declarados, contra todos aqueles que, enfim, se manifestam e actuem, contra as conquistas alcançadas pelo Povo português, sobretudo a partir do -25 de Abril-.

O Norte do País, zona onde impera o caciquismo, a Lei da Reforma Agrária, não foi nem aceite, nem acatada, por esses mesmos detractores do processo democrático iniciado naquela data.

No entanto, os trabalhadores, conscientes da sua força de classe, e conhecedores dos seus inimigos, declararam guerra aberta ao fascismo e a todos aqueles que, de maneira velada ou às claras, o apoiam, organizando-se, pouco a pouco, mas seguramente, em organismos de classe.

Foi o caso dos trabalhadores agrícolas do Distrito do Porto que, após árdua luta e inúmeros sacrifícios, viram recompensado o seu esforço, com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, daquele distrito.

Chegou agora a vez dos camaradas rurais do distrito de Bragal. Com efeito, mais uma vitória para o processo da Reforma Agrária, que o mesmo é dizer, para uma das conquistas fundamentais da Revolução portuguesa, foi alcançada, apesar de todos os esforços da reacção, no sentido de boicotar e anular essa iniciativa dos trabalhadores.



Assim, que se tenha realizado no Sindicato dos Têxteis de Barcelos, a Assembleia Constituinte para a criação do SINDICATO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE BRAGA.

Brevemente, o respectivo processo será enviado ao Ministério do Trabalho, com vista ao reconhecimento deste Sindicato.

Nun «lelex» enviado aos órgãos do Poder (perante o esquecimento a que têm sido votados, os trabalhadores sentem a necessidade de se unirem e organizarem sindicalmente para que possam diminuir a pressão em que vivem), os nossos camaradas do Norte dão conta da formação do Sindicato e solicitam que a publicação dos estatutos no Diário da República se processe com a máxima urgência.

Aos camaradas do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Braga, endereçamos as nossas mais calorosas saudações sindicais.

EM DEFESA DA AUTONOMIA DAS UNIDADES COLECTIVAS

Por dificuldades iniciais de organização ou outras razões, diversas Unidades Colectivas de Produção têm a sua contabilidade totalmente entregue a órgãos estatais, sendo a gestão de fundos também dirigidas por eles. A persistirem nessas condições, os trabalhadores dessas Herdades Colectivas ou Cooperativas não têm controlo sobre o valor que produzem em cada ano, e podem, facilmente, ser enganados.

Criam-se condições para elementos hostis instalados no aparelho estatal prolongarem a exploração dos que tudo produzem: o produto das poupanças dos trabalhadores, em vez de servir para investimentos nas explorações colectivas, fazendo crescer a produção e criando, com isso, também melhores possibilidades para pagar o trabalho, irá, em grande parte, parar aos bolsos de

algum rico senhor da indústria, do comércio ou mesmo da agricultura, em créditos preferenciais ou de outro modo.

Deve ser acentuado que há já quem não se contente em ter as contas das Herdades Colectivas e das Cooperativas na mão e já pense e fale em nomear administradores para elas, alegando que os trabalhadores não conseguem geri-las. Seria, apenas, mais um passo para em seguida tudo entrar aos grandes agrários exploradores.

Cada Unidade Colectiva de Produção necessita cuidar de montar, rapidamente, a sua própria escrituração, assegurando uma direcção própria pelos trabalhadores, consolidando, sempre mais, a sua experiência directiva e, para isso, é essencial estreitar a solidariedade com as outras Unidades Colectivas, pedindo e dando ajuda.



GRANDE CAMPANHA DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

Para enfrentar e derrotar a ofensiva reacçãoária contra a Reforma Agrária, realizou-se em Beja, de 9 a 11 do corrente mês, uma grandiosa jornada de apoio à Reforma Agrária, que decidiu alargar imediatamente a todo o nosso País.

Nesse sentido, ficou decidido: — criar um fundo de apoio à Reforma Agrária (FARA);

— organizar jornadas de trabalho voluntário;

— organizar áreas de consumo colectivo (cantinas, refeitórios, cooperativas, etc.) em cada fábrica, escritório, escola, bairro, aldeia;

— formar Comissões de Apoio à Reforma Agrária (CARA) por toda a parte;

— realizar plenários, assembleias gerais e outros encontros de massas, para apoio à Campanha;

— unir todos os trabalhadores, do campo e da cidade, contra a ofensiva reacçãoária, pelo avanço da Reforma Agrária e do processo revolucionário a caminho do Socialismo.

Esta decisão do Plenário da Intersindical Nacional, teve já pronta resposta dos trabalhadores da cidade, conscientes que, apoiar a

Reforma Agrária é manter em marcha o motor essencial de toda a produção, de toda a Revolução.

Assim, durante os dias 16, 17 e 18 deste mês, e a anteceder a Campanha de Apoio à Reforma Agrária:

— Trabalhadores da Siderurgia Nacional e de outras grandes empresas dos concelhos do Seixal e Setúbal entregaram tractores e outras máquinas agrícolas às Unidades Colectivas de Produção da Comenda, em Gavião (Portalegre), e «Os Pioneiros» nos Cortiços (Bragança).

— Trabalhadores das indústrias químicas e das moagens do Centro e Sul, ofereceram máquinas aos seus camaradas da Unidade Colectiva de Produção «Egíptias», em Idanha-a-Nova (Castelo Branco).

— Trabalhadores da Construção Civil de Lisboa e da Companhia de Seguros «A Social», entregaram máquinas nas Unidades Colectivas de Produção «Custos mas Foi» e «Não foi à Primeira, foi à Segunda», no Crato.

— Trabalhadores Ferroviários do Centro deslocaaram-se em caravana até à Unidade Colectiva de Produção

«Camponês Livre», de Malpica do Tejo (Castelo Branco), à qual ofereceram diverso material agrícola.

Estas são apenas algumas das jornadas de contrarrevolução e de solidariedade que os trabalhadores das cidades — operários e empregados — têm em curso para apoio decidido à Reforma Agrária, numa altura em que a reacção tudo tenta para estrangular e matar pela fome os que trabalham a terra.

As jornadas de Apoio à Reforma Agrária vão prosseguir em ritmo crescente.

Camarada trabalhador:

Não esqueças que, quando apoias estas iniciativas de trabalhadores, estás a ajudar-te a ti próprio, estás a contribuir para o aumento da produção, estás a colaborar na construção de um Portugal livre e socialista.

UNIDADE NA ACÇÃO: A FORÇA DOS TRABALHADORES CONTRA A REACÇÃO E O FASCISMO.

EM FRENTE COM A REFORMA AGRÁRIA A CAMINHO DO SOCIALISMO.

É URGENTE REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO

As classes exploradoras ainda estão vivas e activas; neste momento estão, mesmo, em grande ofensiva. Por isso os trabalhadores precisam dar forte alento à sua grande frente organizativa unitária de classes: o Sindicato para os assalariados, a Liga para os camponeses pobres. Mesmo aqueles que já estão em Herdades Colectivas ou em Cooperativas precisam não descurar a força do Sindicato e da Liga.

Sindicatos e Ligas são frentes indispensáveis para o combate político contra a reacção, mas esta também ataca, e duramente, no terreno económico. E em todos os campos os quadros sindicais e das Ligas têm um papel directivo fundamental, decisivo.

Os Sindicatos e as Ligas são necessárias para ajudar as comissões directivas das Herdades Colectivas e das Cooperativas a orientar a actividade associativa e económica do conjunto dos trabalhadores, de modo a corrigir divisões e outras deficiências e a melhor enfrentar as constantes manobras das forças hostis aos trabalhadores.

As tarefas económicas, sociais e políticas que hoje pesam sobre os trabalhadores, exigem um reforço do papel directivo e organizativo das suas associações de classe: do Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e das Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores.

A preparação de bons quadros sindicais é tarefa essencial no momento presente. Uma eficiente actuação de órgãos sindicais qualificados será uma das maiores garantias do triunfo da Reforma Agrária em Portugal.

Mas não basta uma boa estrutura associativa de classe. É necessário aperfeiçoar e fortalecer as estruturas organizativas para a actividade económica: para a produção, para a comercialização, para a gestão financeira, etc.

Também, para isso, é necessário preparar e pôr em acção bons quadros técnicos e os melhores serão os que vierem dos próprios trabalhadores.



«O VIETNAM É UM A NAÇÃO VIETNAMIANA É UMA»

Durante anos e anos ouvimos falar da luta heróica do povo vietnamita. Após a vitória sobre os imperialistas norte-americanos, o povo vietnamita vai reunificar o seu país. Vinte e cinco de Abril a data escolhida para a reunificação oficial do Vietnam do Norte e do Sul. Assim se unirá um povo que as investidas imperialistas procuraram dividir.

A 25 de Abril, também, se libertou o povo português do jugo fascista. Dois povos, à mesma data. Lá a comemoração da vitória sobre o imperialismo, cá a celebração do

imperialismo norte-americano, que tentou dividir o país em dois, as organizações sindicais e os trabalhadores responderam taco a taco, àqueles que os queriam subjugar.

Como disse o camarada Hoang Quoc Viet: «O Vietnam é um. A nação vietnamita é uma. Desde a fundação do país, o povo vietnamita lutou sempre como um só homem para a defesa da unidade do país e da nação. Estas tradições milenárias caracterizaram sempre profundamente a nossa classe

operária, o nosso movimento sindical». Nem os milhares de soldados franceses, nem a exploração desenfreada, destruíram a força, a resistência deste povo, contra o imperialismo norte-americano, que tentou destruir os campos e o massacre de milhares de vietnamitas, quebrou a firmeza revolucionária dum povo que disse não à exploração: «A resistência contra a agressão americana para a salvação nacional, a classe operária e a organização sindical ficaram sempre unidas num só bloco, na união fraternal Norte-Sul. Participando nos movimentos de emulação «para o Sul fraternalizando prova de determinação para reservar ao Sul toda a assistência necessária em forças humanas e bens materiais, os operários do Norte ficaram lado a lado com os operários e a população do Sul contra a agressão americana. Todos estes factos constituem expressão viva da unidade monolítica que sempre existiu no seio da classe operária e do movimento sindical vietnamita».

MOVIMENTO SINDICAL VIETNAMITA

Ao longo dos vários anos de luta, os trabalhadores vietnamitas souberam sempre encontrar a sua coesão e unidade.

Os explorados do Norte e Sul (apesar das manobras imperialistas que visavam a sua divisão) mantiveram-se unidos, na luta, na resistência. Só a união entre eles os levaria à vitória. O trabalho de agitação, entre os operários, para a formação de associações começou em 1925. De 1925 a 1929 formaram-se associações de socorros mútuos, e organizações sindicais (clandestinas) nas empresas do Norte, Centro e Sul. Em 1930/1931 estalaram as grandes greves em Phu Rieng, Ba Son, Tuong Thi, Nam Dinh, Ha Noi, Hon Gai, etc.

De 1936 a 1939 o movimento das uniões profissionais teve uma grande amplitude e nos anos seguintes várias foram as organizações sindicais que fizeram o seu aparecimento. Com efeito de 39 a 41 apareceu a Associação Operária Anti-Imperialista e de 41 a 45 a Associação dos Operários para a Salvação da Pátria.

Todas estas organizações contribuíram, de uma maneira decisiva, para a grande vitória da Revolução de Agosto de 1945, que expulsou os colonialistas franceses do território vietnamita.

A 26 de Julho de 1946 as organizações sindicais

operária, o nosso movimento sindical».

«Durante os anos da guerra de resistência contra os colonialistas franceses, as organizações sindicais organizaram os operários e empregados, em todo o país, e mobilizaram-nos para que se empenhassem, num vasto movimento de emulação, para a produção ao serviço da defesa nacional (fábricas de armamento) e da população nas regiões libertadas; a manter e a impulsionar o movimento de luta nas regiões e nas cidades ainda temporariamente ocupadas pelo inimigo contribuindo assim, dignamente, para a gloriosa vitória da guerra de resistência contra os colonialistas franceses».

Mas, a resistência heróica deste povo prosseguiu. Com as bombas de napalm, nem as chuvas artificiais,



unificaram-se pela primeira vez à escala nacional, constituindo a Confederação Geral do Trabalho do Vietnam, mais tarde transformada na Federação dos Sindicatos do Vietnam.

Após a vitória sobre os franceses, os vietnamitas foram alvo de nova agressão imperialista. Desta vez, os americanos, encapotados, como sempre, em «defensores da paz», tentaram por todos os meios a divisão do Vietnam em dois: a Norte e a Sul do paralelo 17. Mas também aqui, a unidade do movimento sindical entre o Norte e o Sul, as constantes provas de solidariedade proletária dos trabalhadores do Norte, já livres e de todo o Mundo progressista, para com os trabalhadores do Sul, sob o jugo dos americanos e seus lacaios, manteve-se, e nunca os imperialistas a conseguiram destruír.

A vitória do povo sul-vietnamita em

1975, sobre os americanos, que utilizaram um potencial bélico maior do que o utilizado contra a Alemanha hitleriana, foi bem a prova da determinação revolucionária, do entusiasmo e da força de um povo contra os seus agressores, da luta do trabalho contra o capital.

A 25 de Abril de 1976 a reunificação do Vietnam será uma realidade. Também, aqui, os trabalhadores e as organizações sindicais terão um papel a desempenhar. Como diz Hoang Viet: «para o reforço e melhoramento nos domínios onde existe já a unidade, ao mesmo tempo a eliminação progressiva dos desvios e das diferenças entre as duas zonas (...) com vista a edificar com sucesso o Vietnam pacífico, unificado, independente e socialista e trazer uma digna contribuição à Revolução mundial, como esperou o nosso grande presidente Ho Chi Minh».



segundo ano do derrube do fascismo. Vinte e cinco de Abril de 1974 e 25 de Abril de 1976, datas históricas para o povo português e para o povo vietnamita.

«De acordo com o povo de todo o país, a Federação dos Sindicatos do Vietnam saudou, com uma alegria infinita, a Conferência consultiva com vista a discutir a concepção da unificação do país. Uma alegria sucede-se a outra! A grande alegria da vitória completa sobre os agressores americanos e dos traidores, sucede esta a acolher proximamente a reunificação total do país. O ano de 1975 entra na história nacional como o ano mais glorioso, mais exaltante», palavras de Hoang Quoc Viet, presidente da Federação dos Sindicatos do Vietnam, na Conferência consultiva para a reunificação do Vietnam.

A luta do povo vietnamita contra o capital explorador, contra o imperialismo francês e americano, foi uma dura batalha que o entusiasmo revolucionário das classes trabalhadoras conseguiu vencer. Primeiro, contra o colonialismo francês, depois, contra o

«OS ODIADOS GRILHÕES DO RACISMO SERÃO QUEBRADOS»

«Há 16 anos, a 21 de Março de 1960, os racistas sul-africanos massacraram, em Sharpeville, uma manifestação pacífica de africanos. A partir dessa altura o 21 de Março é comemorado como o dia internacional de luta contra a discriminação racial. Não se trata apenas de um dia de homenagem às vítimas do terror racista. Demonstra-se de uma maneira convincente a solidariedade internacional com a luta dos patriotas de África contra a discriminação racial» — declarou George Silundika, membro da Administração Externa do Conselho Nacional Africano do Zimbábue.

«Oficialmente não existe na Rodésia o sistema do «apartheid», nem o racismo — prosseguiu George Silundika. — «Como se pode então qualificar uma situação em que 200 mil brancos oprimem 5 milhões de africanos, privando-os do direito de determinar o destino da sua pátria? As prisões rodésianas estão cheias. A população africana é concentrada à força nas chamadas «aldeias estratégicas» isoladas do mundo externo e guardadas por tropas rodésianas. O objectivo de todas estas medidas é impedir o ingresso dos africanos nas fileiras dos combatentes pela liberdade. Entretanto, apesar de todas estas artimanhas, novos e novos combatentes entram nas fileiras dos patriotas.

«O nosso objectivo é o triunfo da justiça, o estabelecimento do poder da maioria africana. O regime de Ian Smith tenta impedir-lo por todas as formas. Com a conivência da Grã-Bretanha, a minoria branca chefiada por Ian Smith proclamou em 1965 a independência

unilateral. Também hoje a Grã-Bretanha impede a tomada do poder pelos verdadeiros representantes do povo Zimbábue. Falando rigorosamente, trata-se da mesma política colonial fracassada da Inglaterra que visa apoiar os regimes que lhe convêm.

«A vitória brilhante do MPLA e do povo angolano sobre as forças da reacção imperialista e sobre os racistas sul-africanos aumentou a convicção dos patriotas do Zimbábue, da África do Sul e da Namíbia de que a nossa causa triunfará em breve.

«Estamos certos de que obteremos a vitória — conclui George Silundika — pois temos o apoio de toda a África independente, dos países socialistas e de todas as forças progressistas do planeta. Os odiados grilhões do racismo serão quebrados e no lugar das cidadelas do «apartheid» e do colonialismo surgirão novos Estados africanos independentes.»





ASSIM VAI O CAPITALISMO

OPERÁRIOS ITALIANOS EM LUTA

Dezenas de milhares de operários da "Mirafiori", empresa-piloto da companhia automóvel italiana "Fiat", assim como de outras fábricas da companhia, fizeram um dia de greve em Turim. As reivindicações centram-se à volta da conclusão da nova convenção colectiva de trabalho, prevenindo o melhoramento das condições de vida e de trabalho, assim como a aplicação de medidas de natureza a contrabalançar a inflação e a subida de preços.

A acção dos operários da "Fiat" foi apoiada pelos trabalhadores de outras empresas da região de Piemonte. Os trabalhadores da "Indesit", especializada na produção de aparelhos electrodomésticos, da "Olivetti" e da "Lancia" decretaram greves de solidariedade.

GREVES NA ALEMANHA OCCIDENTAL

Nos grandes centros industriais da RFA — Speier, Hamburgo, Offenbach — têm-se desenvolvido manifestações massivas de trabalhadores, para protestar contra a política dos grandes monopólios, que leva a despedimentos e ao desemprego entre os trabalhadores.

Em Speier, milhares de operários da multinacional aeronáutica "VFW" desceram à rua. Apoiados pelos habitantes da cidade, protestaram contra a decisão da administração de despedir mais 1200 trabalhadores. Em Barmbeck, bairro de Hamburgo, teve também lugar uma manifestação de protesto dos operários da indústria metalúrgica, onde o patronato se propõe despedir mais de 900 trabalhadores.

Na Renânia — Vestefália do Norte — também os trabalhadores da metalurgia entraram em greve. Segundo os dados fornecidos pelo sindicato dos metalúrgicos, estas greves reuniram mais de 6000 operários. Os grevistas reivindicam melhoria de salários.

MANIFESTAÇÃO DE METALÚRGICOS EM PARIS

Mais de 20 mil trabalhadores da indústria metalúrgica e tratamento de metais da região parisiense manifestaram-se no centro da capital, ao apoio dos sindicatos da CGT e da CFTD.

Os metalúrgicos protestam

contra a política anti-social praticada pelo patronato, contra o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, e contra as infracções aos direitos sindicais. Concretamente, os trabalhadores exigem a conclusão de uma nova convenção nacional de trabalho.

VITÓRIA DOS FERROVIÁRIOS AMERICANOS

Mais de 8 mil operários e empregados da companhia ferroviária "Atchisson Topeca and Santa Fe Railway", que tinham decretado greve na terça-feira, ganharam a sua causa. Os grevistas foram apoiados por 26 mil trabalhadores, membros de outros sindicatos. A greve paralisou praticamente toda a actividade da companhia, que possui cerca de 20 mil quilómetros de vias férreas em 12 Estados.

Pressionado pelos trabalhadores, a administração da companhia foi constrangida a satisfazer as exigências dos grevistas e, nomeadamente, não praticar discriminações raciais quanto à contratação.

Os proprietários da companhia tiveram de aceitar os aumentos salariais reivindicados pelos trabalhadores.

MULHERES TAMBÉM NA LUTA ANTICAPITALISTA

As mulheres da cidade de Graz, membros da União das Mulheres Democráticas da Áustria, organizaram uma marcha de protesto contra a alta de preços.

Numa declaração entregue pelas participantes às autoridades locais, foi sublinhado que o aumento de preços se tomou insuportável. "Protestamos contra os métodos actualmente em vigor que provocam artificialmente a penúria de mercadorias como o açúcar, a carne e as batatas, a fim de justificar os aumentos dos preços."

AGRAVA-SE A SITUAÇÃO EM SPANHA

A situação na província espanhola de Guipuzcoa agravou-se mais uma vez. Depois de as autoridades provinciais matarem um grupo de grevistas activos em 200 mil pesetas, mais de 30 mil trabalhadores da província declararam-se solidários

com os seus camaradas e desencadearam uma greve.

Dezenas de milhares de operários e empregados da província de Biscaia decidiram prosseguir a greve, protestando contra o despedimento de 4 participantes do movimento reivindicativo.

Os trabalhadores das sociedades multinacionais "Seat" e "Michelin" também estão em greve. Mais de 40 mil pessoas exigem aumento de salários e melhoramento das condições de trabalho.

RENDAS DE CASA SOBEM NA RFA

Os últimos cinco anos foram, para a população da RFA, um período de alta sem precedentes dos produtos alimentares, dos bens de consumo, das rendas de casa e dos serviços. Segundo dados publicados nos jornais, as despesas comuns de manutenção de uma família "média" da Alemanha Ocidental, aumentaram 35 por cento entre 1970 e 1973.

As rendas das casas camarárias, habitadas por operários, pequenos empregados e reformados, aumentaram durante este período 32,5 por cento.

ITALIA PRODUTOS ALIMENTARES MAIS CAROS

De Janeiro de 1975 a Janeiro de 1976 os preços dos produtos alimentares e dos bens de consumo, subiram na Itália, segundo dados do Instituto Central de Estatística, 11 por cento.

SUÉCIA OS PREÇOS SOBEM

Anunciou-se em Estocolmo uma nova subida de preços, da ordem dos 2 por cento, nos produtos de primeira necessidade. A carne, o leite, o queijo, as batatas, as conservas, encontram-se entre os bens atingidos.

Durante os três primeiros meses deste ano os preços dos bens de consumo e produtos alimentares subiram na Suécia, em média de 8 a 9 por cento.

TARIFAS POSTAIS MAIS CARAS NA INGLATERRA

Os correios britânicos anunciaram um aumento médio de 25 por cento nas tarifas postais. Trata-se do terceiro aumento nos últimos 13 meses.

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E RECENSEAMENTO DE BUENOS AIRES ANUNCIA

O custo de vida na Argentina aumentou 26,6 por cento durante os dois primeiros meses deste ano, anunciou o Instituto Nacional de Estatística e Recenseamento. Só em Fevereiro, segundo o mesmo Instituto, os artigos de grande consumo subiram 19,3 por cento. Durante o último ano, o custo de vida aumentou 423,6 por cento.

RFA: BATATAS MAIS CARAS 172 POR CENTO

Os preços dos produtos alimentares e dos artigos de uso

comum estão em subida constante na RFA. Em Fevereiro de 1976 as batatas custaram mais 172 por cento do que no mesmo mês do ano anterior. As rendas aumentaram, num ano, 6,5 por cento e as tarifas dos transportes colectivos 13,5 por cento.

MERCADO COMUM: SUBIDA GERAL DE PREÇOS

De Janeiro de 1975 a Janeiro de 1976 os preços aumentaram na Grã-Bretanha 23,4 por cento, Irlanda 16,8 por cento, Luxemburgo 11,8 por cento, Itália 11 por cento, Bélgica 10,9 por cento, Holanda 8,8 por cento,

Frância 9,6 por cento, RFA 5,3 por cento e na Dinamarca 4,7 por cento. No Mercado Comum, os preços subiram, em média, 11 por cento durante o mês de Janeiro de 1976.

UMA CAMA DE HOSPITAL TORNOU-SE UM LUXO

Uma cama de hospital tornou-se um luxo inacessível para milhões de americanos. Um dia de tratamento no hospital pode custar 300 dólares. Durante o ano de 1975 os preços tiveram, nos EUA, uma subida da ordem dos 16,2 por cento. Em Washington ultrapassou os 19 por cento.

QUEM NÃO SABE O QUE SE PASSA NO CHILE?

— que razões levam a AFL-CIO a apoiar a ditadura de Pinochet

Quem não se lembra do que aconteceu no Chile a 11 de Setembro de 1973? Quem não sabe o que se passa em 1976 no Chile?

Os atentados aos direitos fundamentais do homem sucedem-se. Pessoas são perseguidas, torturadas, assassinadas, só por expressarem ideias diferentes das dominantes. A própria Igreja, que se manifesta contra os atropelos à dignidade humana, perpetrados por Pinochet e seus lacaios, também não é poupada. Não existe o sigilo de correspondência e as habitações são constantemente violadas. A DINA (a Pde chilena) espia tudo e todos tornando-se num pesadelo para todo o cidadão chileno. O direito de associação, reunião, as liberdades sindicais e políticas não existem mais no Chile de Pinochet. A nível internacional, este regime odioso cada vez se encontra mais isolado. A esmagadora maioria dos movimentos sindicais nacionais e internacionais, as organizações internacionais, caso das Nações Unidas e da OIT (Organização Internacional do Trabalho) denunciaram, já publicamente, os crimes que todos os dias são cometidos contra patriotas chilenos. No entanto, apesar de tudo que lá se passa, ainda há muita gente que directa ou indirectamente apoia Pinochet.

Com efeito, na décima-primeira Convenção da AFL-CIO (o modelo oficial norte-americano de sindicalismo), na resolução sobre a "Ditadura Militar no Chile" diz-se: «Em 11 de Setembro de 1973, um golpe militar derrubou o regime marxista de Salvador Allende, presidente do Chile. A maioria do povo chileno e os principais

partidos políticos que o representavam aceitaram o golpe como um acto necessário, apesar da supressão cruel e desumana dos direitos civis. O desejo do povo e dos partidos, era e é de um retorno a um governo constitucional e livremente eleito, imbuído dos mais altos padrões democráticos e oferecendo completa liberdade a todos os cidadãos. No entanto, a junta militar foi substituída por Augusto Pinochet, que criou para si o título de «Chefe Supremo da Nação» e que se concedeu uma permanência indefinida no cargo. Cortou relações com todos os partidos políticos e queimou as listas eleitorais nacionais, de quatro milhões de eleitores, chamando-as manifestamente fraudulentas. O general do Exército, Pinochet, não permitiu o desenvolvimento do movimento sindicalista chileno, que foram negados por Allende, nem manteve a promessa de dar à nação um governo constitucional democrático. Os sindicalistas livres não sentiram pesar pela queda do regime marxista no Chile que levou aquela nação à ruína política, social e económica».

Declarações como a esta dispensam comentários. Como se trata, porém, de uma declaração sobre o drama de um povo, que sofre uma das mais terríveis e sanguinárias ditaduras militares, só diremos que a AFL-CIO ao arrancar a máscara, revela, também, o modelo de democracia preconizado pelos «democráticos Estados Unidos da América», pelo sr. Kissinger e o seu Departamento de Estado — a democracia do terror e das baionetas.

NOTA: Os sublinhados são nossos.

UNIR • ORGANIZAR • UNIR • ORGANIZAR • UNIR CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

(Continuação da pág. 7)



combatividade e da solidariedade dos trabalhadores.

Muitas dessas lutas, que permanecem ignoradas pelos restantes trabalhadores e que foram focadas no Encontro, demonstram-no.

A luta contra a recuperação capitalista é, hoje, um objectivo central dos trabalhadores e dos seus resultados dependerá muito do que se vier a passar no nosso país.

Das muitas formas de luta adoptadas, de acordo com a situação da empresa e da região, destacam-se:

- Plenários, paralisações, greves em secções e empresas (por vezes acompanhadas de manifestações, como no caso da Minorte em Viana do Castelo);

- concentrações frente ao Ministério do Trabalho ou suas delegações (Timex, Sanimar, etc.);

- manifestações de rua, como em Braga;

- impedimento da volta do ex-patrão ou sua expulsão quando se verifique a recuperação (Millex, Caridas, J. Pimenta, etc.);

- reintegração dos camaradas despedidos;

- isolamento dos laçaios do patronato, com consequências políticas no esclarecimento, mobilização e reforço da unidade dos trabalhadores (supermercados, Sanimar, J. Pimenta, etc.);

- criação de estruturas de luta, como os Secretariados Provisórios das empresas em autogestão e cooperativas;

- incentivação de contactos entre

Comissões de Trabalhadores e entre estas e os sindicatos, o que tem permitido reforçar as lutas e alargar a solidariedade;

- divulgação das suas justas lutas e objectivos por vários meios (como no caso da Joaquin Francisco dos Santos, Livraria Bertrand, Gomes de Castro, Menges Alves, etc.);

- combate ao divisionismo e sectarismo e o reforço da vigilância revolucionária sobre as provocações (Lisnave, Joaquim Francisco dos Santos);

- reforço e desenvolvimento do controlo operário, condição essencial para garantir a defesa das restantes conquistas;

- desenvolvimento da cooperação com os Sindicatos Agrícolas e as Unidades Colectivas de Produção (de que os exemplos mais marcantes são o Plenário da Intersindical em Beja e o da CUF no Barreiro);

- lutas desenvolvidas para impedir os despedimentos dos trabalhadores, e saneamento das Comissões Administrativas da sua confiança;

- a luta pela criação de empresas públicas e únicas por sectores de actividade necessárias para a consolidação das nacionalizações (como no caso dos petróleos e dos cimentos).

Entre estas formas de luta têm assumido grande importância, conforme ficou ressaltado nas diversas intervenções, as seguintes:

- Reforço de organização na empresa;

- instauração do

desenvolvimento do controlo operário, para evitar a sabotagem económica e para criar as bases de uma intervenção activa e crescente dos trabalhadores na economia;

- reversão e planificação da actividade, do funcionamento e da gestão das empresas e, em primeiro lugar, das nacionalizadas.

IV — AS DIRECÇÕES DE TRABALHO

Todas as intervenções foram unânimes em focar a importância e o papel que o controlo operário pode e deve desempenhar na complexa situação em que vivemos, e a necessidade de funcionar para que o decreto-lei já aprovado pelo Conselho da Revolução seja publicado rapidamente.



Se efectivamente em muitas empresas, como foi focado, o controlo operário é uma realidade, outras existem em que devido à correlação de forças, nomeadamente local, o controlo operário não tem avançado de forma a garantir a progressiva colocação da empresa ao serviço dos trabalhadores.

Impõe-se na quase totalidade das empresas que sejam tomadas medidas, que ultrapassem o âmbito da empresa e às vezes do sector, para garantir os créditos para a compra de matérias-primas, o pagamento das dívidas à Previdência, o financiamento à exportação, a melhoria da carteira de encomendas, a resolução dos passivos das empresas (que têm sido arcados pelos trabalhadores que para eles não contribuíram) e a defesa de produção, de técnicos e das empresas nacionais (em especial face aos facilismos do

actual aparelho de Estado em relação a empresas estrangeiras — como está a acontecer em Sínes).

Outra, e não menos importante conclusão que ressaltou da discussão, foi a constatação do avanço da organização e da coordenação das lutas dos trabalhadores face à ofensiva generalizada do capital e de que a organização dos trabalhadores tem de ser incentivada desde já e não apenas quando os problemas concretos surgem.

Mesmo nos casos em que não são desenvolvidas lutas devido ao medo gerado pelo terrorismo e à correlação de forças regional, isso não significa que esses trabalhadores estejam de acordo com a recuperação capitalista em curso. Mas, na maioria dos casos, as lutas desenvolvidas têm impedido o avanço das posições reaccionárias, têm contribuído para consolidar as conquistas alcançadas e criar as condições para a poderosa

os interesses imediatos e concretos dos trabalhadores e de garantir as suas conquistas fundamentais.



A própria realização deste Encontro Distrital de Lisboa é já demonstrativa de quanto a consciência e organização dos trabalhadores avançou. A troca de experiências, a divulgação das lutas, constitui por si só uma importante vitória dos trabalhadores deste distrito.

Por último, a análise das tentativas de recuperação capitalista e reaccionária não foi desligada da situação política em que vivemos em particular, da aprovação de uma Constituição que, no essencial, defende e garante os direitos dos trabalhadores e da realização de eleições nas quais o patronato baseia as suas esperanças para a liquidação total do processo político em que vivemos.

A necessidade do não alheamento dos trabalhadores deste campo de luta foi focada por várias intervenções, que apontaram para as consequências que poderão resultar das eleições para os trabalhadores.

Um regime democrático que, assegurando as suas mais amplas liberdades, impeça a anulação das principais conquistas dos trabalhadores, só pode ser um regime que aponte ao socialismo através de medidas concretas que satisfaçam as mais prementes necessidades da generalidade da população, embora só com a abolição da sociedade dividida em classes permita a sua satisfação integral para todo o povo. Um regime capitalista só poderá estabelecer-se em Portugal através de uma repressão selvagem que suprima as liberdades democráticas e anule as principais conquistas revolucionárias, única forma que tem de manter a exploração da generalidade da população e em especial dos trabalhadores. Um regime capitalista identificar-se-ia com o regresso ao fascismo e o prosseguimento da exploração económica e social do capital monopolista, dos latifundiários e do imperialismo internacional, e com o aumento de repressão e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores. Só uma política progressista praticada por um Governo de esquerda identificado com os interesses de classe dos trabalhadores e que acompanhe a sua luta poderá manter as liberdades, assegurar as conquistas e conduzir o processo democrático e permitir o avanço rumo ao socialismo.

NA ALÇADA E Ca. EM OVAR EM DEFESA DO CCT

Trabalhadores de empresas de Lanifícios encontram-se em luta pelo cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho em vigor. A cláusula que é posta em causa pelos patrões, a 114.ª do CCT, diz respeito à indexação de salários e prevê aumentos a partir de Janeiro de 1976, de acordo com a subida do custo de vida em 1975.

ALÇADA E C.ª, SIFAL, ARAÇADA DO VOUGA e FANAFEL são algumas das empresas cujos trabalhadores encetaram processos de luta pelo cumprimento do CCT.

O "ALAVANCA" foi à "ALÇADA", empresa de alcatifas de Ovar, onde trabalham cerca de 40 trabalhadores.

A partir de declarações das camaradas João Ferreira, Manuel Monteiro e Zé Manel, e de comunicados da Comissão de Trabalhadores da "ALÇADA", tentaremos dar uma ideia da luta destes trabalhadores.

PATRÕES "SENTEM-SE MELHOR"

"Após o 25 de Novembro, cada um de nós sentiu que muita coisa se tinha alterado. Os patrões, que até essa data eram todos «democratas», despiram a máscara e mostraram claramente aquilo que sempre foram: exploradores e fascistas. Alguns, que tinham abandonado as «suas» fábricas, regressaram arrogantes. Aqui, em ALÇADA E C.ª, também aconteceu um caso desses. Um dos

patrões, que se tinha afastado por doença, a 24 horas a 24 de Novembro «sentiu-se melhor e regressou».

A história é sempre a mesma: os patrões, coitados, não podem pagar. Bem vistas as coisas, ainda vivem «com mais dificuldades» que os trabalhadores! Vai daí, fazem tabua rasa dos CCT's em vigor e mandam as conquistas salariais dos trabalhadores às urtigas! O patronato só conta com um obstáculo: os trabalhadores não vão na cantiga e lutam com firmeza pelo cumprimento da lei! É o que acontece na "ALÇADA", a exemplo de muitas outras empresas.

Os trabalhadores sabem o que estão a fazer: «antes de exigirmos a actualização de salários, procuramos saber a situação económica da empresa. Verificámos que era razoavelmente boa e aguentava perfeitamente com a actualização», garantiu-nos João Ferreira, delegado sindical.

«Comunicámos ao gerente, Guilherme Ribeiro, que queríamos a actualização e ele disse-nos que pagaria os salários actualizados até ao dia 31 de Março. Exigimos um compromisso escrito, o que não foi feito. Depois disto, fomos convocados pelos restantes sócios, em fins de Março, que nos perguntaram «o que queríamos». No fim da conversa, ficámos a saber que não estavam dispostos a pagar conforme o estipulado no CCT».

A resposta, como é óbvio, não agradou aos trabalhadores. Em Assembleia de Fábrica realizada logo a seguir à negativa dos patrões,

os trabalhadores decidiram dar um prazo de 24 horas à administração, mantendo-se em greve total até uma resposta concreta.

No dia seguinte, em novo Plenário de Trabalhadores, ficou decidido que à greve total deveria suceder uma greve de zelo. A este propósito, esclarece João Ferreira: «Não foi um recuo. A greve anterior foi uma maneira de demonstrar aos patrões que os trabalhadores não estavam dispostos a transigir».

PATRÃO «PISTOLEIRO»

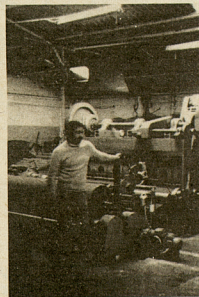
A unidade dos trabalhadores da "ALÇADA" é um facto.

«Os empregados de escritório, que nem sempre se colocam sem reservas ao lado dos trabalhadores da produção, estão no nosso caso incondicionalmente ao nosso lado, e são dos mais activos na luta», regista com agrado Zé Manel.

«Os senhores administradores, para além de uma série de provocações aos trabalhadores, tentando dividir e obrigá-los a trabalhar, tentaram inclusivamente intimidá-los por meios que nos abstermos de comentar.

"A situação atingiu o auge quando na manhã do dia 1 deste mês o Armando Mendes Alçada, um dos patrões, provocou directamente dois camaradas da Comissão de Trabalhadores. Apechendo-se do que se passava, todos os trabalhadores acorreram ao escritório, num movimento de solidariedade perfeitamente espontâneo. Apesar da atitude

bastante calma da maioria dos trabalhadores, o patrão Alçada continuou com as suas provocações, chegando ao ponto de chamar «cão mentiroso» a um elemento da C.T., em altos berros. Começando por negar que se encontrava armado,



tratou no entanto de se desfazer da arma, passando-a ao irmão que por sua vez procurou, escondê-la numa pasta de arquivo.

TRABALHADORES NÃO ABDICAM

Logo após estes acontecimentos, realizou-se no Ministério do Trabalho em Aveiro uma reunião com representantes dos trabalhadores, os patrões, e representantes do Ministério do Trabalho.

"A uma proposta de quatro pontos apresentada pela Comissão de

Trabalhadores, os patrões responderam com um não, inclusive a dois pontos que anteriormente haviam concordado, bem como ao ponto respeitante à cláusula 114.ª, o que demonstra claramente que eles não estavam dispostos a negociar fosse o que fosse; referimos a propósito a actuação duvidosa do Subdelegado do Ministério do Trabalho, que consideramos ter grandes responsabilidades no impasse em que as negociações caíram."

SITUAÇÃO ACTUAL

Após a paralisação espontânea e a apreensão da arma ao Alçada, os trabalhadores decidiram ocupar a fábrica. Esta situação mantém-se e manter-se-á até completa resolução do assunto. Os trabalhadores continuam unidos e dispostos a lutar até às últimas consequências por aquilo que consideram ser da mais elementar justiça:

- cumprimento integral do CCT;
- pagamento das horas de greve;
- afastamento do sócio Armando Mendes Alçada.

Entretanto, no dia 7 de Abril, quarta-feira, os patrões da FANAFEL, de Ovar, na presença de elementos do Sindicato dos Lanifícios do Distrito do Porto e de representantes do Ministério do Trabalho em Aveiro, recusaram-se a cumprir o CCT dos Lanifícios.

A Comissão Sindical da FANAFEL, em comunicado distribuído aos trabalhadores, garante:

"Não estamos sós. Camaradas de outras fábricas encontram-se empenhados na mesma luta e não estão, tal como nós, dispostos a ceder."

EMPRESA JOSÉ VILAR OS TRABALHADORES ESTÃO UNIDOS CONTRA O REGRESSO DO PATRÃO

Cerca de 110 trabalhadores da empresa José Alfonso Vilar Jr., em autogestão desde há nove meses, encontram-se, neste momento, sob a ameaça de regresso do patrão. A firma em questão é proprietária do cinema S. José, em Cascais, de um estabelecimento de confecções, de uma rede de frigoríficos, de um restaurante e de um barco arrastado.

A Comissão de Trabalhadores declara ter assumido a gestão da empresa uma vez que «a entidade patronal sempre pecou por falta de capacidade de gestão e só conseguiu atingir um volume empresarial com habilidades de capitalista aventureiro».

De entre as diversas manobras detectadas, constata-se que na contabilidade da empresa «só figuravam as operações que iriam traduzir resultados de exercício alciantes para que as entidades bancárias aderissem a operações de crédito».

Verificou-se, por outro lado,

«que a maioria dos juros bancários não eram contabilizados e até um empréstimo de 13 mil contos não estava registado na contabilidade».

Mas, muitas mais burlas do sr. José Vilar foram postas a descoberto. Assim, relativamente à rede de frigoríficos verificou-se que «na fábrica de Frigoríficos S. José, em Sagres, chegou a acumular cerca de TRINTA TONELADAS de pólvora durante cerca de dois anos, no intuito de ganhar muito dinheiro com a súbita alteração de preços no mercado, justificando que tal medida se devia a uma experiência que estava a fazer para saber quanto tempo é que o pólvora se poderia conservar congelado sem perder qualidades».

Ainda no âmbito da sabotagem económica salienta-se que «a sombra da escrita viciada, a entidade patronal, na ânsia de reunir o maior volume de capital possível «para dar o

salto», pediu à Caixa Geral dos Depósitos um empréstimo de dez mil contos e simultaneamente ao Banco Borges e Irmão um empréstimo de cinco mil contos». Por outro lado, a partir do 25 de Abril, o sr. Vilar dava instruções no sentido de «vender mercadorias de modo a esgotar os «stocks», racionando as compras de maneira a que se processassem sem os trabalhadores se aperceberem da «manobra».

Entretanto, o sr. Vilar conseguiu já dividir a referida Comissão de Trabalhadores através do aliciamento de alguns trabalhadores.

No entanto, durante um Plenário recentemente realizado, os trabalhadores repudiaram o regresso do patrão, o qual se gaba dizendo que já falta pouco tempo.

Esperamos num dos próximos números do nosso jornal, dar-vos notícia mais detalhada sobre a luta travada por aqueles nossos camaradas.

RECTIFICAÇÃO

Contrariamente ao que vem referido no «Relatório e Contas» da Intersindical Nacional, o Sindicato dos Operários das Indústrias de Madeiras dos Distritos do Porto e Aveiro têm a sua quotização, referente aos meses de Julho a Outubro de 1975, em dia.



SEMANARIO DA INTERSINDICAL

DIRECTOR INTERINO Jaime Marques Machado

16 paginas Preço 5500

REDACCAO E ADMINISTRACAO
Rua Vitor Cordón 1 2 LISBOA

DELEGACAO NO NORTE

UNIAO DOS SINDICATOS DO PORTO - Rua de Santa Catarina 92 1

Telex 38075/98 PORTO

DISTRIBUIDORA REGIMPRESA

COMPOSICAO IMPRESSA

HESKA PORTUGUESA

Rua Elias Garcia 25 27 Venda Nova Amadora

DIVULGA



DO FUNDO DAS MINAS A S. BENTO - EM LUTA POR UMA VIDA MELHOR

Terminou ontem o prazo dado pelos mineiros ao Governo para serem satisfeitas as suas reivindicações. Fato macaco, capacete, lancheira na mão e gasômetro ao peito, os mineiros estiveram em S. Bento «infelizmente — lamentavam eles — é ainda em Lisboa que se joga a vida e a sorte de milhares e milhares de trabalhadores. Foram cerca de 2 000 mineiros do Norte e Sul, que no dia 13 de Abril

negociações, são a «tabela salarial» e o «horário de trabalho».

Não que qualquer destes pontos mereça qualquer reparo às Associações Patronais! Curiosamente, tanto estas, como o próprio Ministério do Trabalho e a Secretaria de Estado da Energia e Minas, consideram a proposta apresentada pelos Sindicatos mais que justa. As Associações Patronais até chegaram a dizer que o salário que se paga hoje aos mineiros (em

3 - Os representantes dos mineiros, conscientes do momento grave que o País atravessa, sempre procuraram resolver os problemas da classe pacificamente;

4 - Temos sido empurrados progressivamente para estas formas de luta pelos representantes das entidades patronais, visto que setem furtado ao cumprimento dos seus compromissos;

5 - Tendo-se esgotado as formas possíveis de conciliação que tenham em conta as condições mínimas de dignidade e respeito pelos trabalhadores deste sector de actividade;

Os trabalhadores aqui presentes, representando toda a classe de mineiros do País, afirmam:

a) estarem saturados de promessas, diligências, reuniões, papéis que visam a adormecê-los nestas reivindicações que são justas;

b) estarem desacreditados da boa vontade das Entidades Patronais e dos Ministérios do Trabalho e Indústria e Tecnologia, Secretários e Subsecretários, quando dizem estarem muito preocupados com a situação dos mineiros e que as suas reivindicações são justas.

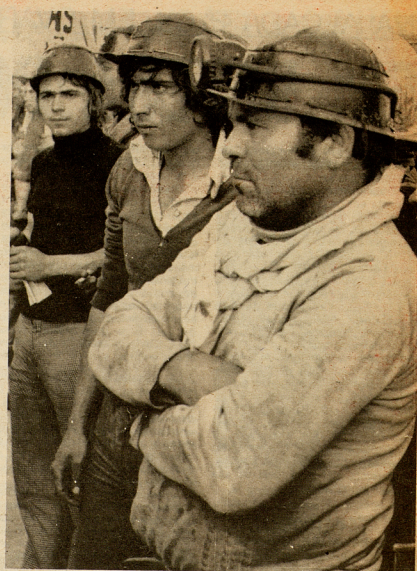
Exigem:

a) Que o CCT Vertical seja assinado nas condições já discutidas e aceites;

b) Que a tabela salarial proposta pelos trabalhadores (Sindicatos) seja aceite;

c) A reforma dos trabalhadores mineiros (interior) seja feita aos 50 anos de idade ou depois de 20 anos de actividade, e para o exterior, 55 anos de idade ou 30 anos de actividade;

d) Uma pensão de reforma equivalente ao salário, com actualização sucessiva, de acordo



c/ o Contrato Colectivo de Trabalho, em vigor no tempo;

e) Uma assistência médica e medicamentosa capaz para a classe, mesmo para os reformados, com a criação da especialidade para as doenças profissionais;

f) Uma actualização das indemnizações para os acidentados do trabalho, com a garantia do seu vencimento integral, mesmo no período de incapacidade...

Por isso, os trabalhadores confiam plenamente que os seus anseios encontrem eco nas preocupações dos membros do Conselho de Ministros e esperam a resolução final das suas reivindicações até ao próximo dia 20 do corrente, a partir do qual encetarão novas formas de luta que achem mais conformes e adequadas aos seus objectivos.



não baixaram às minas para, em S. Bento, apoiar e reforçar a Comissão Sindical na entrega de uma moção ao Primeiro-Ministro e ao mesmo tempo alertar todos os trabalhadores para a sua luta.

7 000 TRABALHADORES MINEIROS EM LUTA

Alguns jornais diários, que acompanham mais de perto as lutas dos trabalhadores, procuraram já descrever as péssimas condições de vida e trabalho dos mineiros, quer no fundo da mina vergados ao peso do trabalho, quer no seio da família amesquinçados por um salário de miséria e exploração e cometidos à morte lenta de uma vida curta.

Não têm contrato que sirva de base à sua prestação de trabalho. Não têm direito, na maior parte das empresas, a receber o 13º mês. O trabalho arriscado e duro é na maioria dos sectores mineiros, manual. Cerca de 60% dos operários mineiros recebem um salário inferior a 5 000\$00. Não têm regalias sociais, medicina preventiva e assistência médica é deficiente ou mesmo incapaz. Os trabalhadores mineiros desgastam-se lenta e precocemente... e cedo se vêem atirados para a reforma, com um subsídio de miséria e com silicose (doença profissional). As negociações do 1º Contrato Colectivo de Trabalho já se arrastam há cerca de um ano. As entidades governamentais têm ficado pelas promessas... promessas... só promessas. O horário de trabalho é superior a 40 horas (interior) e 45 horas (no exterior) e ainda em alguns casos, com trabalho normal ao sábado.

Como não podia deixar de ser os pontos mais controversos que estão na base do impasse a que chegamos as

comparação com as demais classes trabalhadoras) conduz a uma inversão de valores sociais.

Simplemente tantas considerações e reconhecimentos não conduziram a nada! Dia a dia, enquanto os patrões encham a boca com a «crise do sector», os preços sobem assustadoramente e os mineiros descem ao ventre da terra sem esperança de verem dias melhores.

Para os mineiros, a obtenção de um ordenado que de alguma maneira pague o seu trabalho, não é o único problema. É sabido, por exemplo, que são poucos os mineiros que atingem a idade da reforma; as poeiras que respiram de manhã à noite empurra-os fatalmente para uma morte horrível e precoce. A idade da reforma e a criação de um Instituto de doenças profissionais são dois problemas muito importantes para os mineiros.

PROMESSAS, DILIGÊNCIAS, REUNIÕES, PAPEIS...

Estes e outros pontos de outras tantas injustiças constam de uma moção, entregue ao Adjunto do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Meneses (o Primeiro-Ministro estava muito ocupado na altura...), que, pela sua importância, passamos a transcrever:

Considerando que:

1 - As negociações do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical para a indústria mineira se arrastam desde Novembro de 1975;

2 - As entidades patronais têm empurrado para cima do Governo e que este, por sua vez, empurra sobre aqueles a decisão final para a assinatura do referido Contrato;

